Relatório Anual de Informações 2017

faeces

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 3

1. Mensagem da Diretoria 3

ACONTECIMENTOS EM DESTAQUE 4

2. Assuntos de Relevância 4

3. Governança Corporativa 6

4. Comunicação e Relacionamento 8

INFORMAÇÕES GERAIS 10

5. Número de Participantes e Assistidos 10

6. Receitas e Despesas Previdenciais 11

7. Despesas Administrativas 12

INVESTIMENTOS 14

8. Gestão dos Investimentos 14

9. Patrimônio Líquido e Demonstração Patrimonial e de Resultados 22

10. Política de Investimentos 25

PLANO ASSISTENCIAL 28

11. PLASS 28

RESULTADOS 30

12. Demonstrações Contábeis 30

13. Notas Explicativas 39

PARECERES 57

14. Parecer Atuarial do Plano de Benefício Definido 57

15. Parecer Atuarial do Plano de Benefícios II 62

16. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis 67

17. Parecer do Conselho Fiscal 70

18. Parecer do Conselho Deliberativo 71

Introdução

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

Prezado(a) Participante,

As grandes mudanças da conjuntura econômica nacional ao longo de 2017 – com movimento das taxas de inflação e de juros, além dos índices da Bolsa de Valores – dá bem a dimensão do trabalho que os gestores de fundos de pensão tiveram ao longo do ano. E em meio a esse cenário, passamos a administrar um novo plano de saúde, o Viva+, o que agregou novas e importantes responsabilidades à nossa equipe. O período, portanto, foi de grandes desafios para a nossa Fundação – que conseguiu importantes vitórias!

Ao final do ano, por exemplo, tivemos a satisfação de ver os bons resultados do nosso planejamento e dos nossos esforços: tanto o Plano de Benefício Definido (BD) quanto o Plano II alcançaram rentabilidades (10,89% e 11,03%, respectivamente) superiores à meta atuarial (7,70%). Esses resultados foram também muito maiores que os principais índices de inflação, como o INPC, o IGPM e o IPCA (2,07%, -0,53% e 2,95%, respectivamente), o que nos colocou entre os destaques de 2017 no segmento de previdência complementar. Inclusive, o Plano BD apresentou superávit no ano, reduzindo o déficit acumulado apresentado em 2016.

Outro relevante acontecimento foi a ampliação da oferta de assistência médica através da implantação do Plano de Saúde Viva+, que visa a cobertura de serviços médico-ambulatoriais, hospitalares com obstetrícia e odontológicos às pessoas vinculadas aos patrocinadores por relação empregatícia ou estatutária, a seus administradores e respectivos dependentes, bem como aos aposentados e seus dependentes e agregados de empregados dos patrocinadores e aposentados.

Para 2018, a expectativa é superar nossas conquistas e continuar a trabalhar em prol do nosso objetivo maior: fornecer segurança e tranquilidade para as famílias de todos os participantes e assistidos, hoje e amanhã.

Continue a contar conosco!

ACONTECIMENTOS EM DESTAQUE

2. ASSUNTOS DE RELEVÂNCIA

- ### SERVIÇO PASSADO

Representa o cálculo atuarial do valor a receber do patrocinador CESAN referente ao tempo de serviço passado dos seus empregados, anterior à criação do Plano de Benefício Definido.

Conforme o Termo Aditivo 03 ao Contrato de Confissão de Dívidas firmado entre a CESAN e a FAECES, o montante da dívida foi dividido em 60 parcelas mensais e sucessivas contadas a partir de janeiro de 2016, acrescidas de juros de 6% ao ano mais INPC divulgado pelo IBGE.

A quantia da dívida reconhecida ao final de 2017 é de R$ 17.104.744,10, restando 36 parcelas mensais e sucessivas contados a partir de 31/12/2017.

Através de controles mantidos pela Entidade, podemos assegurar que o patrocinador CESAN pagou todas as prestações referentes ao ano de 2017 com juros e correção, conforme estabelecido no termo Aditivo ao contrato.

- ### CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Desde março de 2012 a FAECES vem cobrando contribuição extraordinária dos participantes, assistidos e patrocinadores do Plano de Benefício Definido a fim de equacionar o déficit acumulado no período de 2008 a 2010.

Em 2017, essas contribuições foram recebidas regularmente pela Fundação através de desconto no benefício mensal dos assistidos e na folha de pagamento dos participantes do Plano de Benefício Definido, bem como do pagamento dos patrocinadores. Os percentuais que serão aplicados até fevereiro de 2018 são os seguintes:

CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS			
Período	Participantes (% aplicado sobre o salário de participação)	Assistidos (% aplicado sobre o benefício)	Patrocinadores (% aplicado sobre a folha de salário de participação)
de março/2016 a fevereiro/2017	1,46%	1,21%	1,44%
de março/2017 a fevereiro/2018	2,15%	1,80%	2,14%

Em fevereiro de 2018, encerra-se o pagamento de contribuição extraordinária referente ao déficit ocorrido no período de 2008 a 2010.

É importante esclarecer que a contribuição extraordinária determinada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) tem o objetivo de recomposição das reservas necessárias para o pagamento de benefícios atuais e futuros.

- ## ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS II

A Diretoria da FAECES, com consultoria do escritório de advocacia Cavezalle Advogados Associados – especializado em assuntos relativos a fundos de pensão –, deu início a atualização do Regulamento do Plano de Benefícios II, aprovada pelo Conselho Deliberativo no dia 10 de agosto de 2017 e pela Diretoria dos patrocinadores CESAN e FAECES em 27 de setembro de 2017.

A íntegra das alterações propostas e aprovadas pelo Conselho Deliberativo com as respectivas justificativas foi publicada no site da FAECES e encaminhada através de e-mail a todos os empregados do Patrocinador CESAN.

A proposta de alteração foi encaminhada para avaliação e aprovação da PREVIC em 13/11/2017.

As alterações no Regulamento somente entrarão em vigor após a aprovação do Órgão Regulador e, tão logo isso ocorra, efetuaremos nova divulgação.

- ## EQUILÍBRIO ATUARIAL

No exercício de 2017, o resultado dos investimentos superou a meta atuarial no Plano de Benefício Definido e no Plano de Benefícios II.

O Plano de Benefício Definido apresentou superávit no ano, reduzindo o déficit acumulado apresentado em 2016. O déficit ao final de 2017 está abaixo do limite de déficit técnico acumulado estabelecido pela legislação, não havendo necessidade de elaboração de plano de equacionamento de déficit.

O Plano de Benefícios II está equilibrado atuarialmente, ou seja, não apresenta déficit e nem superávit.

- ## AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

Em 2017 a FAECES adquiriu as salas 1311 e 1313 no Edifício Palas Center, com recursos do Plano de Benefício Definido, tendo em vista que já estava utilizando as referidas salas e por tratar-se de um espaço estratégico para a Entidade.

- ## IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE VIVA+

Em 2017 a FAECES ampliou a oferta de assistência médica através da implantação do Plano de Saúde Viva+ que visa a cobertura de serviços de assistência médica ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e odontológica, de acordo com o rol de procedimentos editado pela Agência Nacional de Saúde – ANS.

O Plano Viva+ possui dois produtos distintos: o Coletivo por Adesão, que destina-se aos aposentados e seus dependentes, assim como aos agregados de empregados dos patrocinadores e aposentados que tenham sido a eles vinculados anteriormente; e o Coletivo Empresarial, que destina-se às pessoas vinculadas ao patrocinador por relação empregatícia ou estatutária e a seus administradores e seus dependentes.

- ## CUSTEIO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS - 2018

CONTRIBUIÇÃO ADMINISTRATIVA PERMANECE SEM ALTERAÇÃO

A FAECES manteve a política de redução de custos administrativos e não aumentou a contribuição administrativa a ser paga pelos participantes, assistidos e patrocinadores em 2018. A saber, tal contribuição é destinada a custear as despesas administrativas realizadas pela Fundação na administração dos planos de benefícios.

ALTERAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DE BENEFÍCIO DE RISCO

A Reavaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2017, apontou a necessidade de aumento do percentual da contribuição para o custeio de benefícios de risco do Plano de Benefícios II a partir de março de 2018 de 0,26% para 0,32%.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

- ## ALTERAÇÃO NA DIRETORIA

O Conselho Deliberativo nomeou a Sra. Ana Cristina Munhós de Souza para ocupar o cargo de Diretora de Seguridade, a partir do dia 16 de março de 2017, para complementar o mandato que se encerrará em 25 de abril de 2020, e o Sr. Andre Barbosa Barreto Duarte para ocupar o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro para o mandato que se inicia em 16 de março de 2017 com término em 15 de março de 2021.

- ## MUDANÇAS NOS CONSELHOS

Os membros eleitos pelos participantes e assistidos tomaram posse em 15/03/2017 para o mandato de quatro anos, com início em 16/03/2017 e término em 15/03/2021.

Os Srs. Mateus Rodrigues Casotti e Romeu Souza Nascimento Junior, suplentes do Conselho Deliberativo indicados pelo Patrocinador, assumiram como membros efetivos em função da nomeação dos ex-conselheiros Ana Cristina Munhós de Souza e Andre Barbosa Barreto Duarte para atuação como Diretores de Seguridade e Administrativo e Financeiro, respectivamente.

Foram indicados pelo Patrocinador como suplentes do Conselho Deliberativo no lugar dos conselheiros acima, a Sra. Karla Ponzo Vaccari e Sr. Stênio Santos Sales, para o mandato com início em 01 de junho de 2017 e término em 25/04/2019.

A composição em 31/12/2017 da Diretoria Executiva e Conselhos é a seguinte:

DIRETORIA EXECUTIVA	
Membro	Cargo
Luiz Carlos Cotta	Diretor-Presidente
Ana Cristina Munhós de Souza	Diretora de Seguridade
Andre Barbosa Barreto Duarte	Diretor Adm. e Financeiro

CONSELHO DELIBERATIVO		
Membro	Efetivo/Suplente	Representante
Mateus Rodrigues Casotti (Presidente)	Efetivo	Patrocinador
Stênio Santos Sales	Suplente	Patrocinador
Romeu Souza Nascimento Junior	Efetivo	Patrocinador
Karla Ponzo Vaccari	Suplente	Patrocinador
Adivalti Antonio Nunes Loureiro	Efetivo	Participantes e Assistidos
Sebastião Fortes Coelho	Suplente	Participantes e Assistidos
Bianca Lemos de Sousa Lima	Efetivo	Participantes e Assistidos
Átila Travaglia Pasini	Suplente	Participantes e Assistidos

CONSELHO FISCAL		
Membro	Efetivo/Suplente	Representante
Reginaldo José de Castro (Presidente)	Efetivo	Participantes e Assistidos
Renato de Souza Zanon	Suplente	Participantes e Assistidos
Millena Plaster Benevides Freitas	Efetivo	Participantes e Assistidos
Leandro Rezende de Abreu	Suplente	Participantes e Assistidos
Elza de Abreu Costa	Efetivo	Patrocinador
Leonardo de Souza Mariano	Suplente	Patrocinador
Hélio de Sousa	Efetivo	Patrocinador
Fábio Ferreira da Costa	Suplente	Patrocinador

- ## CERTIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE DIRIGENTES E CONSELHEIROS

Nos termos da legislação vigente, a FAECES observa as exigências para certificação e habilitação de dirigentes e conselheiros, sendo que ao final de 2017 todos os diretores, todos os membros efetivos e dois suplentes do Conselho Deliberativo estavam certificados por entidade de reconhecida capacidade técnica.

O Conselho Fiscal possuía três membros efetivos e dois suplentes certificados.

Os conselheiros que ainda não estão certificados estão buscando a certificação dentro do prazo estabelecido na legislação, que é de até um ano a contar da data da posse.

Quanto à Habilitação, a Instrução nº 6 de 29 de maio de 2017, definiu que depende de emissão de Atestado de Habilitação de Dirigente pela PREVIC, o exercício do cargo de membro da Diretoria Executiva. Em 31/12/2017, toda a Diretoria Executiva estava habilitada pela PREVIC. Já o Atestado de Habilitação de conselheiros somente é exigido para as Entidades Sistematicamente Importantes (que não é o caso da FAECES), porém caberá ao dirigente máximo da Entidade o fiel cumprimento dos requisitos de todos os Conselheiros. Os Conselheiros possuíam todos os requisitos exigidos pela PREVIC para habilitação, na data da posse, cuja documentação comprobatória está devidamente arquivada na FAECES.

- ### SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA FAECES PELO PATROCINADOR CESAN

O Patrocinador CESAN realizou auditoria na FAECES, em atendimento ao estabelecido na Lei Complementar nº108/2001. O resultado da auditoria foi submetido à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo, sendo que a opinião emitida decorrente dos fatos levantados durante o exame não apresentou nenhuma recomendação para o Patrocinador CESAN ou para os colegiados da FAECES.

- ### TREINAMENTO DE DIRIGENTES, CONSELHEIROS E EMPREGADOS

Em 2017, empregados, diretores e conselheiros da FAECES participaram de diversos eventos que contribuíram para a capacitação e ampliação dos conhecimentos do segmento de previdência complementar, agregando mais experiência na gestão da Entidade.

O conhecimento técnico é imprescindível para que se possa avaliar, controlar e mitigar os riscos aos quais as entidades e planos de benefícios estão expostos. Por isso, a Fundação continua a investir na qualificação dos seus dirigentes, conselheiros e empregados de forma a se buscar a competência técnica e gerencial desejada.

4. COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO

- ### EVENTOS REALIZADOS PELA FAECES

A FAECES promoveu 20 eventos para participantes, inclusive em potencial, e assistidos em 2017, sendo dois importantes eventos de Educação Financeira e Previdenciária, que contaram com palestrantes externos. Em maio a iniciativa teve apoio da Associação Brasileira dos Planejadores Financeiros – Planejar e em novembro o evento foi promovido em parceria com Universidade Corporativa das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – UniAbrapp.

Durante o ano a FAECES também realizou palestras sobre os Planos de Benefícios e sobre o Plano de Saúde Viva+, além de participar de evento realizado pelo Patrocinador CESAN voltado para os participantes do Programa Pensando e Planejando o Amanha (PPA).

- ## NOVAS INFORMAÇÕES NO SITE

A FAECES vem buscando continuamente aprimorar o nível de informações aos seus participantes e assistidos e passou a divulgar mensalmente a rentabilidade do Plano de Benefício Definido e do Plano de Benefícios II no site, possibilitando ao participante acompanhar o resultado dos Planos de Benefícios.

Também disponibilizou o Simulador de Aposentadoria, uma ferramenta para que seja possível estimar quanto o participante do Plano de Benefícios II irá receber na aposentadoria.

Informações Gerais

5. NÚMERO DE PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

A FAECES encerrou o exercício de 2017 com 1.038 participantes e 939 assistidos. A distribuição dos Participantes e Assistidos comparada ao exercício anterior, pode ser verificada nos quadros abaixo.

PARTICIPANTES PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO		
	31/12/2017	31/12/2016
Participantes	**403**	**457**
Ativos	402	456
Autopatrocinados	1	1
Assistidos	**938**	**898**
Aposentadoria	746	718
Pensão por Morte	192	180
TOTAL	**1.341**	**1.355**

PARTICIPANTES PLANO DE BENEFÍCIOS II		
	31/12/2017	31/12/2016
Participantes	**635**	**590**
Ativos	622	578
Autopatrocinados	13	12
Assistidos	**1**	**1**
Aposentadoria	1	1
TOTAL	**636**	**591**

Com a implantação de um novo plano de beneficio em 2005, o Plano de Benefício Definido está fechado a novas adesões. Portanto, a tendência desse plano é a redução gradativa do número de participantes e aumento do número de assistidos, considerando que muitos deles já se encontram elegíveis à aposentadoria.

O Plano de Benefícios II teve início em fevereiro de 2006 e está aberto a adesões de novos participantes.

6. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIAIS

• PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

O Plano de Beneficio Definido obteve, no final do exercício de 2017, R$ 16.263.925,52 de receitas previdenciais e R$ 24.029.002,61 de despesas previdenciais, conforme informações apresentadas a seguir.

Valores em R$

RECEITAS PREVIDENCIAIS						
ANO	Contribuições Normais e Extraordinárias		Contribuição Serviço Passado	Autopatrocinados	Outras	TOTAL
	Patrocinadores	Participantes e Assistidos	Patrocinadores			
2016	2.789.093	4.488.211	9.145.223	1.482.302	34	17.904.863
2017	2.335.004	4.888.113	7.282.283	1.758.519	7	16.263.926

Na coluna "Autopatrocinados", além daqueles que tiveram rescisão contratual e optaram pelo autopatrocínio, estão incluídos os empregados que pagam a sua contribuição e a do Patrocinador. Na coluna "Outras", constam os valores correspondentes a encargos sobre contribuições dos participantes.

Valores em R$

DESPESAS PREVIDENCIAIS						
ANO	Aposentadoria	Pensão	Pecúlio	Resgate	Outras	Total
2016	18.859.546	1.724.972	66.638	678.367	-	21.329.523
2017	21.537.447	2.048.481	115.628	293.061	34.385,97	24.029.002

Na coluna "Outras", constam os valores correspondentes à devolução de contribuição recebida a maior e desconto de empréstimo na Reserva de Poupança.

• PLANO DE BENEFÍCIOS II

O Plano de Benefícios II obteve, no final do exercício de 2017, R$ 5.004.268,49 de receitas previdenciais e R$ 273.795,36 de despesas previdenciais. Este Plano possui receitas previdenciais muito superiores às despesas porque é um plano relativamente novo e possui apenas 1 (um) assistido, tendo os resgates e portabilidades contribuído para despesas tão expressivas.

Valores em R$

RECEITAS PREVIDENCIAIS						
ANO	Contribuições Normais		Autopatrocinados	Portabilidade	Outros	TOTAL
	Patrocinadores	Participantes				
2016	1.957.081	2.011.789	31.441	0	1.921	4.002.232
2017	2.424.890	2.560.021	19.288	0	70	5.004.268

Na coluna "Outras", constam os valores correspondentes a encargos sobre contribuições dos participantes.

Valores em R$

DESPESAS PREVIDENCIAIS				
ANO	Aposentadoria	Resgate	Portabilidade	Total
2016	3.884	50.924	178.102	232.909
2017	4.104	192.423	77.269	273.795

7. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas dos planos de benefícios são gastos realizados pela Entidade na administração de seus planos, incluídas as despesas administrativas de investimentos. Tais despesas são registradas no Plano de Gestão Administrativa - PGA que é responsável pelos registros das operações administrativas e possui patrimônio próprio segregado do patrimônio dos planos de benefícios.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas definidas no Regulamento do PGA deduzidas das despesas específicas da gestão previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

No quadro a seguir estão representadas as despesas realizadas no ano de 2017, segregadas por plano de benefícios. As despesas referentes a serviços de terceiros englobam serviços prestados por consultoria atuarial, assessoria jurídica, consultoria financeira, informática, auditoria contábil, serviços de divulgação e gráficos, entre outras. As despesas gerais incluem os gastos com despesas bancárias, cartorárias, condomínio, contribuições associativas, locação de imóveis, energia elétrica, materiais de expediente, entre outras. Já as despesas com tributos referem-se ao pagamento da TAFIC, Pis, Cofins, IPTU e outros.

Valores em R$

DESPESAS ADMINISTRATIVAS - GESTÃO PREVIDENCIAL E DE INVESTIMENTOS			
Descrição	Plano de Benefício Definido	Plano de Benefícios II	TOTAL
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**2.909.953**	**185.742**	**3.095.695**
GESTÃO PREVIDENCIAL	**2.077.671**	**132.617**	**2.210.289**
PESSOAL E ENCARGOS	1.299.822	82.967	1.382.789
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	42.372	2.705	45.077
VIAGENS E ESTADIAS	8.378	535	8.913
SERVIÇOS DE TERCEIROS	489.448	31.241	520.689
DESPESAS GERAIS	106.444	6.794	113.238
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	29.078	1.856	30.934
TRIBUTOS	102.130	6.519	108.649
INVESTIMENTOS	**832.282**	**53.124**	**885.406**
PESSOAL E ENCARGOS	515.024	32.874	547.898
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	16.789	1.072	17.861
VIAGENS E ESTADIAS	3.320	212	3.532
SERVIÇOS DE TERCEIROS	205.100	13.091	218.191
DESPESAS GERAIS	40.062	2.557	42.619
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	11.521	735	12.257
TRIBUTOS	40.466	2.583	43.049

Valores em R$

DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIRETAS DE INVESTIMENTOS				
Descrição	Plano de Benefício Definido	Plano de Benefícios II	Plano de Gestão Adm.	TOTAL
DESPESAS DE INVESTIMENTOS	**948.130**	**66.379**	**1.443**	**1.015.952**
DESPESAS DIRETAS DE INVESTIMENTOS	**115.848**	**13.255**	**1.443**	**130.546**
CUSTODIA E CENTRALIZACAO DOS INVESTIMENTOS	99.090	6.932	529	106.550
TAXAS, TARIFAS, CORRETAGENS E EMOLUMENTOS	29.416	2.231	605	32.252
CONSULTORIA P/ANALISE E AVALIACAO DOS INVESTIMENTOS	659	-	-	659
PROVISAO DE IMPOSTOS S/ APLICACOES FINANCEIRAS	(13.316)	4.092	309	(8.915)
DESPESAS INDIRETAS DE INVESTIMENTOS	**832.282**	**53.124**	**-**	**885.406**
COBERTURA/REVERS. DE DESP. ADM. DOS INVEST.	832.282	53.124	-	885.406

INVESTIMENTOS

8. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

As aplicações financeiras dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, são disciplinadas pela Resolução CMN 3.792, de 24 de setembro 2009 e alterações posteriores, e pela Política de Investimentos de cada plano, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Com o objetivo de assegurar o equilíbrio entre o ativo e o passivo dos planos, os recursos financeiros disponíveis para investimentos são aplicados em produtos financeiros que possam proporcionar a liquidez desejada com o grau de segurança exigido.

A seguir são apresentadas informações sobre os investimentos dos planos administrados pela FAECES.

- ### CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Apesar de ter uma despesa previdencial elevada devido ao pagamento de benefícios, o Plano de Beneficio Definido obteve uma elevação nos recursos aplicados em função do resultado positivo dos investimentos realizados pela FAECES.

O Plano de Benefícios II é um plano novo e paga benefício a um único assistido, que se aposentou por invalidez e também obteve resultado positivo nos investimentos.

A seguir a composição das carteiras dos planos administrados pela FAECES no encerramento dos exercícios de 2017 e 2016.

Valores em R$

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO		
SEGMENTO	2017	2016
Renda Fixa	201.636.118	197.406.988
Imóveis	588.287	475.205
Renda Variável	37.808.819	31.005.739
Estruturados	49.423.731	41.207.796
Oper. com participantes	3.915.912	3.865.968
Total	**293.372.867**	**273.961.696**

Valores em R$

PLANO DE BENEFÍCIOS II		
SEGMENTO	2017	2016
Renda Fixa	18.649.421	15.775.739
Renda Variável	3.469.234	2.078.470
Estruturados	5.470.890	3.172.724
Oper. com participantes	645.530	428.448
Total	**28.235.075**	**21.455.381**

Valores em R$

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)		
SEGMENTO	2017	2016
Renda Fixa	2.024.602	1.128.245
Total	**2.024.602**	**1.128.245**

- ## RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS POR PLANO E POR SEGMENTO/MODALIDADE

A rentabilidade obtida nos Planos de Benefícios administrados pela FAECES foi positiva e superou a meta atuarial e diversos índices de inflação tais como INPC, IGPM e IPCA (2,07%, -0,53% e 2,95%, respectivamente).

Plano de Benefício Definido

A rentabilidade líquida obtida no ano de 2017 no Plano de Benefício Definido foi 10,89%, percentual acima da meta atuarial de 7,70% (INPC aplicado com um mês de defasagem mais 5,65% a.a.).

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO			
SEGMENTO/MODALIDADE	RENTABILIDADE (%)	META DE RENTABILIDADE (%)	DIFERENÇA EM PONTOS PERCENTUAIS
Renda Fixa (Tradicional)	9,42	INPC + 5,65% a.a. 7,84	1,58
Renda Fixa (Referenciado)	12,20	INPC + 5,65% a.a. 7,84	4,36
Estruturados (Multimercado)	13,39	INPC + 8% a.a. 10,24	3,15
Estruturados (Participações)	4,38	INPC + 8% a.a. 10,24	-5,86
Renda Variável	22,50	INPC + 8% a.a. 10,24	12,26
Operações com Participantes	7,58	INPC + 5,65% a.a. 7,84	-0,26
Imóveis	13,79	INPC + 5,65% a.a. 7,84	5,95

Plano de Benefícios II

A rentabilidade líquida obtida no ano de 2017 no Plano de Benefícios II foi 11,03%, percentual acima da meta atuarial de 7,70% (INPC aplicado com um mês de defasagem mais 5,65% a.a.).

PLANO DE BENEFÍCIOS II				
SEGMENTO/MODALIDADE	RENTABILIDADE (%)	META DE RENTABILIDADE (%)		DIFERENÇA EM PONTOS PERCENTUAIS
Renda Fixa (Tradicional)	10,00	INPC + 5,65% a.a.	7,84	2,16
Renda Fixa (Referenciado)	12,01	INPC + 5,65% a.a.	7,84	4,17
Estruturados (Multimercado)	14,31	INPC + 8% a.a.	10,24	4,07
Estruturados (Participações)	3,62	INPC + 8% a.a.	10,24	-6,62
Renda Variável	20,48	INPC + 8% a.a.	10,24	10,24
Operações com Participantes	7,59	INPC + 5,65% a.a.	7,84	-0,25

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)				
SEGMENTO	RENTABILIDADE (%)	META DE RENTABILIDADE (%)		DIFERENÇA EM PONTOS PERCENTUAIS
Renda Fixa	9,21	CDI	9,96	-0,75

- ## RENTABILIDADE, TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E TAXA DE PERFORMANCE DAS APLICAÇÕES

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	Rentabilidade (% a.a.) **	Taxa adm. (% a.a.)	Taxa Performance (% a.a.)
RENDA FIXA (Tradicional)	**9,42**	-	-
TITULOS PÚBLICOS (NTN-B)	9,24	-	-
TITULOS PÚBLICOS (NTN-B)	9,29	-	-
TITULOS PÚBLICOS (NTN-B)	9,26	-	-
TITULOS PÚBLICOS (NTN-B)	9,49	-	-
TITULOS PÚBLICOS (NTN-B)	10,08	-	-
MODAL INSTITUCIONAL FIC FIM	9,97	1,00% a 1,50%	20% do que exceder CDI
ITAÚ INSTITUCIONAL REF. DI-FI	9,93	0,18%	-
MAUÁ INSTITUCIONAL FIC FIM	12,92	1,00% a 1,50%	20% do que exceder CDI
FIDC CREDITO UNIVERSITÁRIO	12,61	0,5%	-
FIDC MULT. SILVERADO MAXIMUM - 7ª SÉRIE	(58,88)	2,50%	-
BRADESCO H FIC FIM LP MACRO INST (Aplic. 16/11/2017)	1,91	0,50%	20% do que exceder CDI
BRADESCO H FIC FIM LP MACRO INST (Aplic. 05/12/2017)	0,93	0,50%	20% do que exceder CDI
BRADESCO H FIC FIM LP MACRO INST (Aplic. 08/12/2017)	0,86	0,50%	20% do que exceder CDI
BRADESCO H FIC FIM LP MACRO INST (Aplic. 15/12/2017)	0,54	0,50%	20% do que exceder CDI
IMÓVEIS	**13,79**	-	-
ALUGUÉIS (SALAS E GARAGENS)	13,79	-	-
RENDA FIXA (Referenciado)	**12,20**	-	-
SANTANDER FIC FI IMA-B RF LP	12,59	0,20%	20% do que exceder IMA-B
BANESTES INSTITUCIONAL RENDA FIXA	12,39	0,20%	-
ICATU VANGUARDA FIC FI INFL. LONGA RF	11,88	0,50% a 0,76%	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	**7,58**	-	-
EMPRÉSTIMOS	7,58	1,33%	-
RENDA VARIÁVEL	**22,50**	-	-
ICATU VANGUARDA DIVIDENDO FIA	21,23	2,00%	-
QUELUZ VALOR FIA	21,21	2,00%	20% do que exceder IBrX
XP INVESTOR FIA	28,34	2,00% a 2,50%	20% do que exceder IBOVESPA
GAP AÇÕES FIA	25,44	3,50% a 3,70%	-
VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	19,20	1,967%	20% do que exceder IBOVESPA
SULAMÉRICA EXPERTISE FIA	1,63	0,90%	10% do que exceder IVBX-2
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC FIA (Aplic. 05/04/2017)	25,06	2,00% a 2,50%	20% do que exceder índice Small Cap
ESTRUTURADOS (MULTIMERCADOS)	**13,39**	-	-
SAFRA GALILEO FIM	14,62	2,0%	20% do que exceder o CDI
MAUÁ MACRO FIC FIM	16,38	1,93% a 2,5%	20% do que exceder o CDI
MODAL TACTICAL FIC FIM	10,06	2,00% a 2,50%	20% do que exceder o CDI
AZ QUEST MULT FIC FIM (Aplic. 10/01/2017)	13,23	1,50% a 2,50%	20% do que exceder o CDI
ESTRUTURADOS (PARTICIPAÇÕES)	**4,38**	-	-
FIP - LACAN FLORESTAL	(5,66)	1,0%	20% do que exceder IPCA + 10%
FIP MALBEC (STO ANTONIO) + PUT MALBEC	9,86	0,147%	-
BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA II	(4,76)	2%	20% do que execer IPCA + 15%
FIP COPA FLORESTAL III	25,66	2%	20% do que execer IPCA + 7%
FIP COPA FLORESTAL III (Aplic.01/12/2017)	(6,63)	2%	20% do que execer IPCA + 7%

** Para as aplicações realizadas em 2017, a rentabilidade é proporcional à data da aplicação

Estruturados (Participações): influência da curva "J", ou seja, costuma apresentar desempenho negativo nos primeiros anos de investimentos e ganhos elevados nos anos seguintes, quando começam a mostrar resultados.

PLANO DE BENEFÍCIOS II	Rentabilidade (% a.a.) **	Taxa adm. (% a.a.)	Taxa Performance (% a.a.)
RENDA FIXA (tradicional)	**10,00**	-	-
TITULOS PÚBLICOS (NTN-B)	9,28		
TITULOS PÚBLICOS (NTN-B)	10,08		
MODAL INSTITUCIONAL FIM	10,01	1,00% a 1,50%	20% do que exceder CDI
ITAÚ INSTITUCIONAL REF. DI-FI	9,18	0,18%	-
MAUÁ INSTITUCIONAL FIC FIM	12,92	1,00% a 1,50%	20% do que exceder CDI
BRADESCO H FIC FIM LP MACRO INST (Aplic. 16/11/2017)	0,93	0,50%	20% do que exceder CDI
BRADESCO H FIC FIM LP MACRO INST (Aplic. 05/12/2017)	1,91	0,50%	20% do que exceder CDI
RENDA FIXA (Referenciado)	**12,01**	-	-
BANESTES INSTITUCIONAL RENDA FIXA	11,95	0,20%	-
ICATU VANGUARDA FIC FIM INFL. LONGA RF	11,88	0,50% a 0,76%	-
SANTANDER FIC FI IMA-B INST TP RF LP	12,59	0,20%	20% do que exceder IMA-B
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	**7,59**	-	-
EMPRÉSTIMOS	7,59	1,33%	-
RENDA VARIÁVEL	**20,48**	-	-
QUELUZ VALOR FIA	21,21	2,00%	20% do que exceder IBrX
VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	19,20	1,967%	20% do que exceder IBOVESPA
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	21,23	2,00%	-
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC FIA (Aplic. 15/05/2017)	14,88	2,00% a 2,50%	20% do que exceder índice Small Cap
ESTRUTURADOS (MULTIMERCADOS)	**14,31**	-	-
MAUA MACRO FIC FIM	16,38	1,93% a 2,50%	20% do que exceder o CDI
MODAL TACTICAL FIC FIM (Aplic. 11/07/2016)	10,06	2,00% a 2,50%	20% do que exceder o CDI
SAFRA GALILEO FIM	14,62	2,00%	20% do que exceder o CDI
ESTRUTURADOS (PARTICIPAÇÕES)	**3,62**		
FIP LACAN FLORESTAL II	0,75	1,5%	20% do que exceder IPCA + 10%
FIP MALBEC (STO ANTONIO) + PUT MALBEC	9,86	0,147%	-

** Para as aplicações realizadas em 2017, a rentabilidade é proporcional à data da aplicação

Estruturados (Participações): influência da curva "J", ou seja, costuma apresentar desempenho negativo nos primeiros anos de investimentos e ganhos elevados nos anos seguintes, quando começam a mostrar resultados.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	Rentabilidade (% a.a.) **	Taxa adm. (% a.a.)	Taxa Performance (% a.a.)
RENDA FIXA	**9,21**	-	-
ITAÚ INSTITUCIONAL RF FI	9,45	0,18%	-
ITAÚ INSTITUCIONAL RF FI (Aplic. 05/12/17)	0,45	0,18%	-

** Para as aplicações realizadas em 2017, a rentabilidade é proporcional à data da aplicação

- DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	R$
TOTAL DOS RECURSOS	**293.448.564**
Carteira Própria	**132.309.881**
Depósitos	79.214
Títulos Públicos	127.729.986
Empréstimos/Financiamentos	3.915.912
Carteira Imobiliária	582.102
(-) Valores a pagar (IOF e Tarifas) /receber(aluguel imóveis)	2.669
Fundos	**161.138.682**
Banestes Institucional Renda Fixa	17.150.553
Santander FIC FI IMAB Inst. TP RF LP	10.776.187
Bradesco H FIC FIM LP Macro Inst.	4.930.072
Safra Galileo FIM	2.822.648
Icatu Vanguarda FIC FI INFL. Longa RF	15.114.777
Mauá Macro FIC FIM	11.070.632
Mauá Institucional FIC FIM	2.908.926
Modal Institucional FIM	15.871.699
AZ Quest Mult FIC FIM	4.581.938
Modal Tactical FIC FIM	6.298.972
Sul América Expertise FIA	698.085
Gap Ações FIA	4.105.924
XP Investor FIA	5.099.745
AZ Quest Small Mid CAPS FIC FIA	5.072.810
Queluz Valor FIA	5.731.741
Icatu Vanguarda Dividendos FIA	11.507.569
Vinci Gas Dividendos FIA	5.592.945
FIDC Credito Universitáio	2.029.296
FIDC SilveradoMaximum FIDC Multisetorial	158.390
BTG Pactual Infraestrutura II	1.986.303
Copa Florestal III FIP	456.508
Malbec FIP	12.470.638
Lacan Florestal FIP	9.736.093
Itaú Institucional REF DI FI	9.736.093

PLANO DE BENEFÍCIOS II	
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	R$
TOTAL DOS RECURSOS	**28.245.784**
Carteira Própria	**7.047.623**
Depósitos	11.824
Títulos Públicos	6.391.384
Empréstimos/Financiamentos	645.530
(-) Valores a pagar (IOF)	-1.115
Fundos	**21.198.161**
Banestes Institucional Renda Fixa	1.985.537
Santander FIC FI IMAB Inst. TP RF LP	788.126
Bradesco H FIC FIM LP Macro Inst.	1.427.879
Safra Galileo FIM	604.244
Icatu Vanguarda FIC FI INFL. Longa RF	2.531.880
Mauá Macro FIC FIM	1.052.579
Mauá Institucional FIC FIM	1.611.347
Modal Institucional FIM	2.609.904
Modal Tactical FIC FIM	352.554
AZ Quest Small Mid CAPS FIC FIA	967.434
Queluz Valor FIA	395.201
Icatu Vanguarda Dividendos FIA	1.059.075
Vinci Gas Dividendos FIA	1.047.524
Malbec FIC	1.558.830
Lacan Florestal II FIP	1.902.682
Itaú Institucional REF DI FI	1.303.366

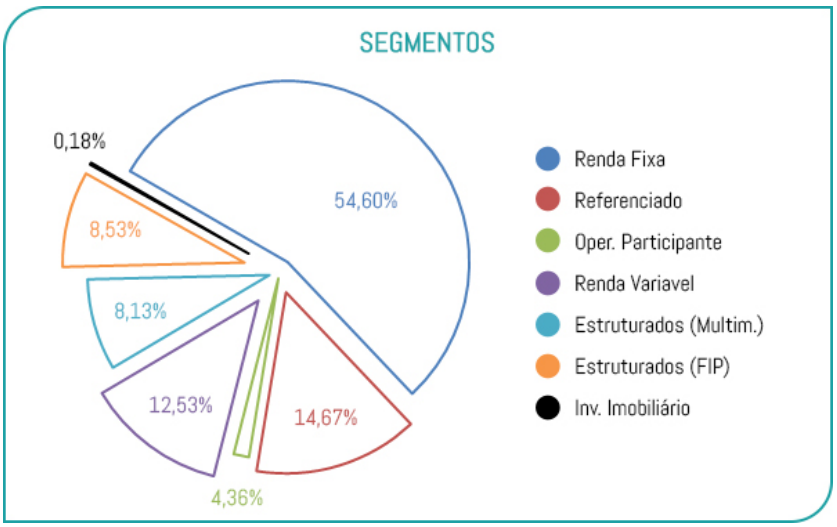
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	R$
TOTAL DOS RECURSOS	**2.022.661**
Carteira Própria	**-1.940**
Depósitos	793
Valores a pagar (Tarifas)	-2.733
Fundos	**2.024.602**
Itau Institucional RF FI	2.024.602

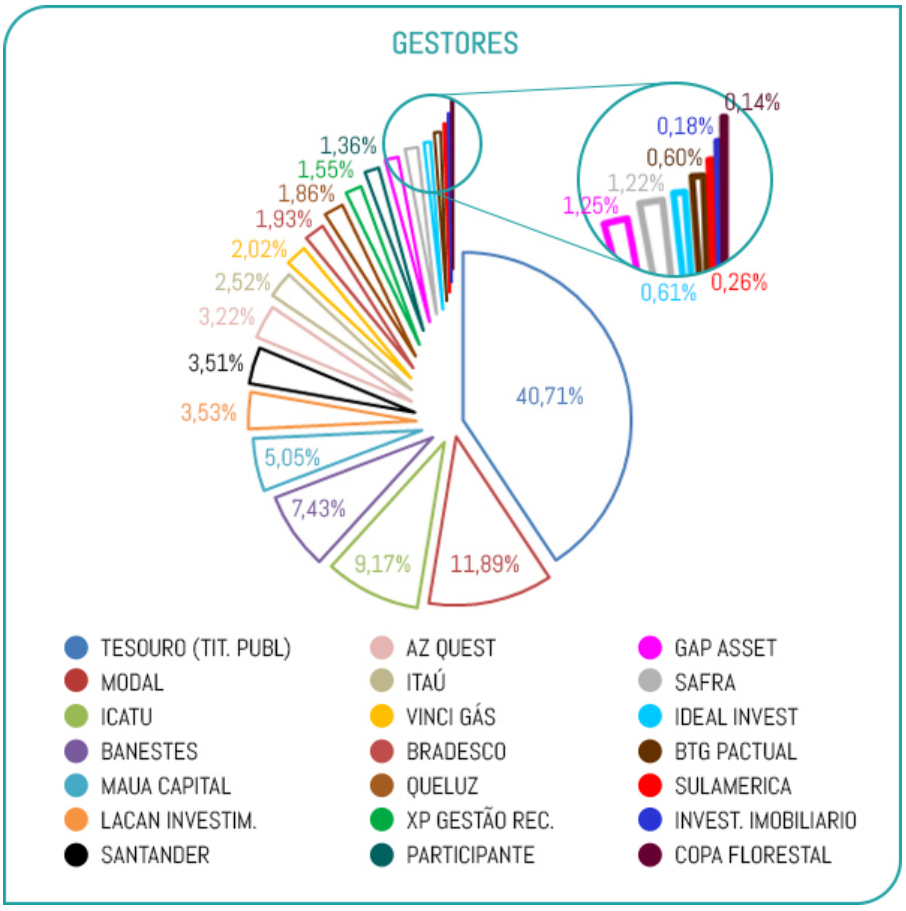
- ## DIVERSIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Conforme consta nos guias de melhores práticas de investimentos elaborado pela PREVIC, órgão responsável pela fiscalização e supervisão das atividades dos Fundos de Pensão, a diversificação é uma prática comprovadamente mitigadora de riscos. Dessa forma, a FAECES faz desse princípio uma prática usual na gestão dos recursos dos planos por ela administrados, sem deixar de observar variáveis também importantes como segurança, liquidez e rentabilidade.

Para mitigação dos riscos e otimização dos resultados dos investimentos, a FAECES procura efetuar uma diversificação em busca de maior segurança aos investimentos dos recursos dos planos administrados pela Entidade.

Conforme gráficos a seguir, pode-se observar uma clara diversificação da carteira consolidada dos planos por segmento de aplicação financeira e por gestores de investimentos, que também favorece o quesito redução de riscos.





9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS

- PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Evolução do Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do Plano de Benefício Definido obteve um crescimento em 2017 de aproximadamente 7% em relação ao ano anterior.

Demonstração Patrimonial

(Valores em R$ mil)

ATIVO	2017	PASSIVO	2017
DISPONÍVEL	79	EXIGÍVEL OPERACIONAL	881
		Gestão Previdencial	878
REALIZÁVEL	297.197	Investimentos	3
Gestão Previdencial	1.540		
Gestão Administrativa	2.284	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	1
Investimentos	293.373	Gestão Previdencial	1
Títulos Públicos	127.730		
Fundos de Investimento	161.139	PATRIMÔNIO SOCIAL	296.394
Investimentos Imobiliários	588	Patrimônio de Cobertura do Plano	294.073
Empréstimos	3.916	Provisões Matemáticas	308.558
		Benefícios Concedidos	252.686
		Benefícios a Conceder	73.272
		(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(17.400)
		Equilíbrio Técnico	(14.485)
		Resultados	
		(-) Déficit Técnico Acumulado	(14.485)
		Fundos	2.321
		Fundos Administrativos	2.283
		Fundos de Investimentos	38
TOTAL DO ATIVO	**297.276**	**TOTAL DO PASSIVO**	**297.276**

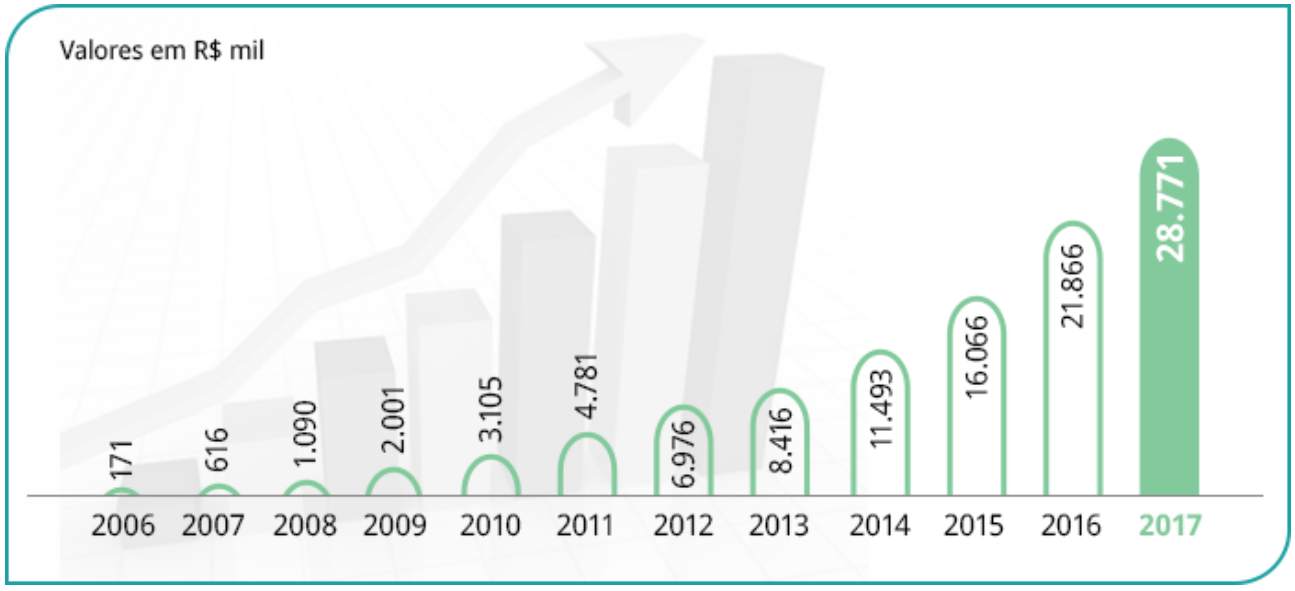
Demonstração dos Resultados

(Valores em R$ mil)

DESCRIÇÃO	2017
(+) CONTRIBUIÇÕES	16.264
(-) BENEFÍCIOS	(24.029)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	29.426
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	**21.661**
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(2.214)
(-) CONSTITUIÇÃO DE CONTINGÊNCIAS	-
(-) FORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS C/PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(15.886)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	**3.561**

- # PLANO DE BENEFÍCIOS II

Evolução do Patrimônio Líquido



O patrimônio líquido do Plano de Benefícios II obteve um crescimento em 2017 de aproximadamente 32% em relação ao ano anterior. Por ser um plano jovem e em fase de crescimento, tem uma tendência crescente de patrimônio, como observado no gráfico acima. Além disso, pode ser destacado o fato que esse é um plano aberto para novas adesões.

Demonstração Patrimonial

(Valores em R$ mil)

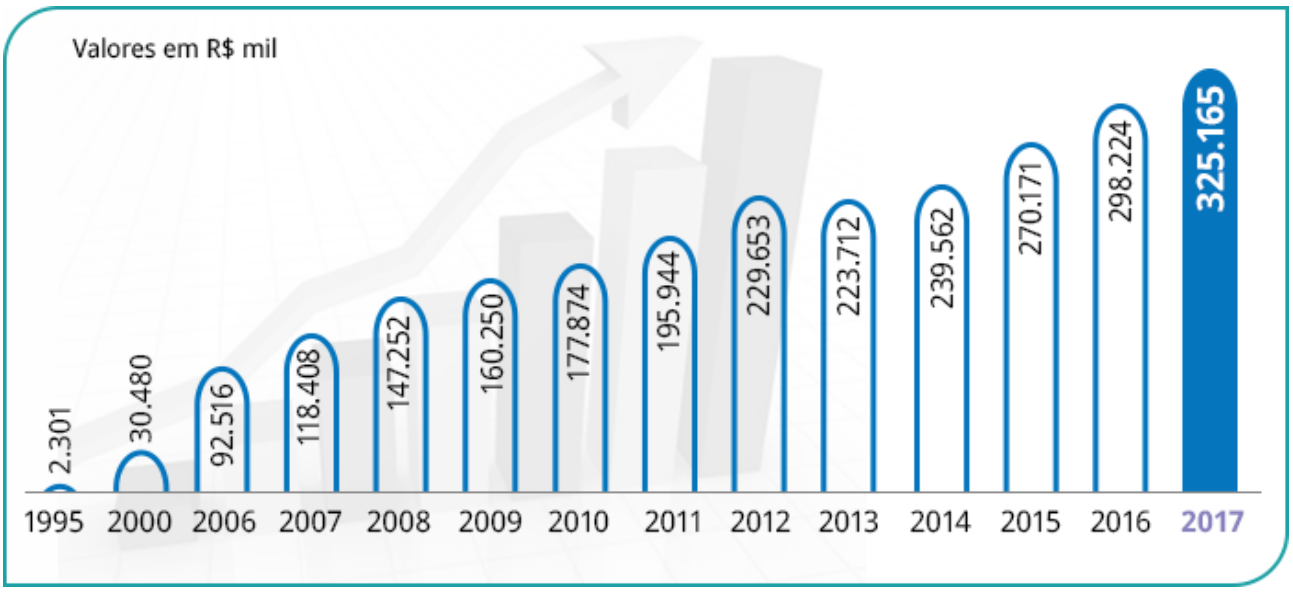
ATIVO	2017	PASSIVO	2017
DISPONÍVEL	12	EXIGÍVEL OPERACIONAL	78
		Gestão Previdencial	77
REALIZÁVEL	28.837	Investimentos	1
Gestão Previdencial	425		
Gestão Administrativa	177	PATRIMÔNIO SOCIAL	28.771
Investimentos	28.235	Patrimônio de Cobertura do Plano	27.827
Títulos Públicos	6.391	Provisões Matemáticas	27.827
Fundos de Investimento	21.198	Benefícios Concedidos	80
Empréstimos	646	Benefícios a Conceder	27.747
		Equilíbrio Técnico Resultados	-
		(-) Déficit Técnico Acumulado	-
		Fundos	944
		Fundos Previdenciais	762
		Fundos Administrativos	177
		Fundos de Investimentos	5
TOTAL DO ATIVO	**28.849**	**TOTAL DO PASSIVO**	**28.849**

Demonstração dos Resultados

(Valores em R$ mil)

DESCRIÇÃO	2017
(+) CONTRIBUIÇÕES	5.004
(+) PORTABILIDADES	-
(-) BENEFÍCIOS	(4)
(-) RESGATES	(192)
(-) PORTABILIDADES	(77)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	2.524
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	**7.255**
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(390)
(-) FORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS C/PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(6.655)
(-) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	(210)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	-

- EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO (PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO E PLANO DE BENEFÍCIOS II)



10. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Aprovada pelo Conselho Deliberativo no final do exercício de 2016, a Política de Investimentos dos planos administrados pela FAECES para o exercício de 2017 veio cumprir o que determina a legislação pertinente, além de balizar a gestão dos ativos dos planos e servir como importante ferramenta no planejamento da aplicação dos recursos de cada plano. A seguir são apresentadas algumas informações da Política de Investimentos vigente em 2017. A Política de Investimentos em sua integralidade pode ser consultada através do site da FAECES ou obtida diretamente na Entidade, conforme divulgado aos participantes e assistidos.

- ALOCAÇÃO DOS RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO

Plano de Benefício Definido e Plano de Benefícios II

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO			
Segmento	Limite Legal	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	100%	40,00%	100,00%
Renda Variável	70%	0,00%	40,00%
Investimentos Estruturados	20%	0,00%	20,00%
Investimentos no Exterior	10%	0,00%	5,00%
Imóveis	8%	0,00%	8,00%
Operações com Participantes	15%	0,00%	5,00%

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO			
Segmento	Limite Legal	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	100%	100%	100,00%

- ## LIMITES POR MODALIDADE DE INVESTIMENTOS

Na aplicação dos recursos, os planos observam os limites estabelecidos na legislação vigente.

- ## META ATUARIAL

A meta atuarial para o Plano de Benefício Definido e para o Plano de Benefícios II, para o ano de 2017 corresponde a INPC + 5,65% a.a.

- ## DERIVATIVOS

As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.792 e regulamentações posteriores.

- ## META DE RENTABILIDADE PARA CADA SEGMENTO

Plano de Benefício Definido e Plano de Benefícios II

META DE RENTABILIDADE	
Renda Fixa	INPC + 5,65% ao ano
Renda Variável	INPC + 8,00% ao ano
Investimentos Estruturados	INPC + 8,00% ao ano
Investimentos no Exterior	INPC + 8,00% ao ano
Imóveis	INPC + 5,65% ao ano
Operações com Participantes	INPC + 5,65% ao ano

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

SEGMENTO	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	CDI

- ## APREÇAMENTO DE ATIVOS

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pela Entidade são os mesmos estabelecidos pelo custodiante e estão disponíveis no manual disponibilizado pelo custodiante Itaú Unibanco S/A.

Em geral, os ativos serão marcados a mercado. No caso específico de títulos mantidos até o vencimento, e conforme a legislação aplicável, poderá ser utilizada a marcação na curva de tais ativos.

- ## AVALIAÇÃO DE RISCOS

A FAECES estabeleceu regras que permitem identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos dos planos estão expostos, entre eles os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, atuarial, gestão, operacional, legal e sistêmico.

No caso de investimentos realizados por gestores terceirizados, embora os controles sejam de responsabilidade do gestor, os parâmetros de riscos são verificados frequentemente pela Entidade.

- ## RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A estrutura de investimentos dos planos atribui, em grande parte, a discricionariedade da administração dos recursos a gestores terceirizados. Portanto decidiu-se que os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos de regras.

Assistencial

11. PLANOS DE SAÚDE

As atividades do Programa Assistencial são vinculadas aos Planos de Saúde da FAECES, que tem por objetivo primordial prestar serviços de saúde com qualidade.

Os Planos de Saúde vem mantendo, através de um esforço conjunto da FAECES e CESAN, seu equilíbrio financeiro e encerrou o exercício de 2017 com um patrimônio social de R$ 4.336.585,61, apesar dos procedimentos de alto custo devido às novas tecnologias, bem como inclusão de novos procedimentos determinados pela Agência Nacional de Saúde – ANS.

Percebe-se que o valor aplicado do plano de saúde é diferente do valor do do Patrimônio Social. Em uma comparação simples, o Patrimônio Social equipara-se ao "Patrimônio Líquido" no balanço das empresas comerciais – ou seja, o Patrimônio Social é igual a soma dos Bens e Direitos dos Planos de Saúde, deduzidas suas obrigações. A apuração do Patrimônio Social leva em conta todos os direitos a receber, inclusive contribuições ainda não recebidas e, se fosse o caso, os bens do ativo permanente. Da mesma forma, é necessário "descontar" as obrigações a pagar – entre elas às provisões estipuladas pelo órgão fiscalizador, que visam manter o equilíbrio do plano mas não significam necessariamente um desembolso de recursos.

Demonstração Patrimonial

(Valores em R$ mil)

ATIVO	2017	PASSIVO	2017
IMEDIATO	121	DESPESAS MÉDICAS A PAGAR	2.151
RECURSOS A RECEBER	26	DESPESAS NÃO RELACIONADAS C/ PLANO	222
INVESTIMENTOS	5.947	DESPESAS ADMINISTRATIVAS A PAGAR	271
Renda Fixa	5.947	OUTRAS EXIGIBILIDADES	181
CREDITOS NÃO RELACIONADOS C/O PLANO	609	PATRIMÔNIO SOCIAL	4.337
DEPOSITO JUDICIAL	18		
INTANGÍVEL	441		
TOTAL DO ATIVO	**7.162**	**TOTAL DO PASSIVO**	**7.162**

Demonstração dos Resultados

(Valores em R$ mil)

DESCRIÇÃO	2017
(+) CONTRIBUIÇÕES	10.141
(-) DESPESAS MÉDICAS	(7.067)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	351
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	**3.425**
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(1.962)
(-) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	(1.463)

Carteira de Investimentos

(Valores em R$)

PLANO ASSISTENCIAL		
SEGMENTO	2017	2016
Renda Fixa	5.947.356	3.194.551
Total	**5.947.356**	**3.194.551**

Demonstrações Contábeis

12. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- CONSOLIDADO

Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Valores em R$ mil)

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONIVEL	**92**	**111**	**EXIGIVEL OPERACIONAL**	**1.543**	**1.469**
REALIZÁVEL	**326.959**	**299.867**	Gestão Previdencial	954	1.017
Gestão Previdencial	1.966	1.949	Gestão Administrativa	582	425
Gestão Administrativa	1.361	1.373	Investimentos	7	27
Investimentos	323.632	296.545	**EXIGIVEL CONTINGENCIAL**	**525**	**483**
Títulos Públicos	134.121	130.181	Gestão Previdencial	1	1
Fundos de Investimento	184.362	161.595	Gestão Administrativa	524	482
Investimentos Imobiliários	588	475	**PATRIMÔNIO SOCIAL**	**325.165**	**298.224**
Empréstimos e Financiamentos	4.561	4.294	Patrimônio de Cobertura do Plano	321.899	295.797
PERMANENTE	**182**	**198**	Provisões Matemáticas	336.384	313.843
Imobilizado	90	74	Benefícios Concedidos	252.765	233.962
Intangível	92	124	Benefícios a Conceder	101.019	104.778
			(-) Provisões Mat. a Constituir	(17.400)	(24.897)
			Equilíbrio Técnico	(14.485)	(18.046)
			Resultados realizados	(14.485)	(18.046)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(14.485)	(18.046)
			Fundos	3.266	2.427
			Fundos Previdenciais	762	552
			Fundos Administrativos	2.461	1.837
			Fundos de Investimentos	43	38
GESTÃO ASSISTENCIAL	**7.162**	**3.516**	**GESTÃO ASSISTENCIAL**	**7.162**	**3.516**
TOTAL DO ATIVO	**334.395**	**303.692**	**TOTAL DO PASSIVO**	**334.395**	**303.692**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (Consolidado)

(Valores em R$ mil)

	DESCRIÇÃO	2017	2016	Variação (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	**298.224**	**270.171**	**10,38**
	1. Adições	**57.268**	**55.130**	**3,87**
(+)	Contribuições Previdenciais	18.664	19.190	(2,75)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	33.686	31.200	7,97
(+)	Receitas Administrativas	4.732	4.627	2,27
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	166	96	72,92
(+)	Constituição de Fundos de Investimento	20	17	17,65
	2. Destinações	**(30.328)**	**(27.077)**	**12,01**
(-)	Benefícios	(24.303)	(21.562)	12,71
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(1.736)	(1.869)	(7,12)
(-)	Despesas Administrativas	(4.232)	(3.646)	16,07
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(42)	-	100,00
(-)	Reversão do Fundo de Investimentos	(15)	-	100,00
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	**26.941**	**28.053**	**(3,97)**
(+/-)	Provisões Matemáticas	22.541	34.445	(34,56)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	3.560	(7.591)	(146,90)
(+/-)	Fundos Previdenciais	210	106	98,11
(+/-)	Fundos Administrativos	624	1.077	(42,06)
(+/-)	Fundos de Investimentos	6	17	17,65
	4. Operações Transitórias	-	-	-
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	**325.165**	**298.224**	**9,03**
	5. Gestão Assistencial	**1.463**	**195**	**650,26**
(+)	Receitas Assistenciais	10.492	3.899	169,09
(-)	Despesas Assistenciais	(9.029)	(3.704)	143,76

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (Consolidado)

(Valores em R$ mil)

DESCRIÇÃO	2017	2016	Variação (%)
A) Fundo administrativo exercício anterior	**1.837**	**760**	**141,71**
1. Custeio da gestão administrativa	**4.897**	**4.723**	**3,68**
1.1. Receitas	**4.897**	**4.723**	**3,68**
Custeio administrativo da gestão previdencial	2.604	2.716	(4,12)
Custeio administrativo dos investimentos	827	772	7,12
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	58	48	20,83
Resultado positivo dos investimentos	166	95	74,74
Reembolso da gestão assistencial	1.147	955	20,10
Outras receitas	95	137	(30,66)
2. Despesas administrativas	**4.242**	**3.646**	**16,35**
2.1. Administração previdencial	**2.210**	**1.919**	**15,16**
Pessoal e encargos	1.383	1.125	22,93
Treinamentos/congressos e seminários	45	27	66,67
Viagens e estadias	9	10	(10,00)
Serviços de terceiros	521	516	0,97
Despesas gerais	113	100	13,00
Depreciações e amortizações	31	33	6,06
Tributos	108	108	-
2.2. Administração dos investimentos	**885**	**772**	**14,64**
Pessoal e encargos	547	445	22,92
Treinamentos/congressos e seminários	18	11	63,64
Viagens e estadias	4	4	-
Serviços de terceiros	218	218	-
Despesas gerais	43	38	13,16
Depreciações e amortizações	12	13	(7,69)
Tributos	43	43	-
2.3. Administração assistencial	**1.147**	**955**	**20,10**
Despesas administrativas	1.136	955	18,95
Constituição/reversão de contingências	11	-	100,00
2.4. Outras despesas	-	-	-
3. Constituição/reversão de contingências administrativas	**31**	-	**100,00**
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	-
5. Resultado negativo dos investimentos	-	-	-
6. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3-4-5)	**624**	**1.077**	**(42,06)**
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	**624**	**1.077**	**(42,06)**
8. Operações transitórias	-	-	-
B) fundo administrativo do exercício atual (A+7+8)	**2.461**	**1.837**	**33,97**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

- PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (Plano de Benefício Definido)

(Valores em R$ mil)

	DESCRIÇÃO	2017	2016	Variação (%)
	A) Ativo líquido	**274.625**	**253.400**	**8,38**
	1. Adições	**47.194**	**46.700**	**1,06**
(+)	Contribuições	16.264	17.905	(9,17)
(+)	Resultado positivo investimentos – gestão previdencial	30.930	28.795	7,41
	2. Destinações	**(27.747)**	**(25.475)**	**8,92**
(-)	Benefícios	(24.029)	(21.330)	12,65
(-)	Resultado negativo investimentos – gestão previdencial	(1.504)	(1.748)	(13,96)
(-)	Custeio administrativo	(2.214)	(2.397)	(7,63)
	3. Acréscimo/decréscimo no ativo liquido (1+2)	**19.447**	**21.225**	**(8,38)**
(+-)	Provisões matemáticas	15.887	28.816	(44,87)
(+-)	Superávit (déficit) técnico do exercício	3.560	(7.591)	(146,90)
	4. Operações transitórias	-	-	-
	B. Ativo líquido – final do exercício (a+3+4)	**294.072**	**274.625**	**7,08**
	C. Fundos não previdenciais	**2.321**	**1.732**	**34,01**
(+-)	Fundos administrativos	2.283	1.697	34,53
(+-)	Fundos de Investimentos	38	35	8,57

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Ativo Líquido – DAL (Plano de Benefício Definido)

(Valores em R$ mil)

DESCRIÇÃO	2017	2016	Variação (%)
1. Ativos	**297.277**	**277.329**	**7,19**
Disponível	79	57	38,60
Recebível	3.825	3.311	15,52
Investimento	293.373	273.961	7,09
Títulos públicos	127.730	123.976	3,03
Fundos de investimentos	161.139	145.644	10,64
Investimentos imobiliários	588	475	23,79
Empréstimos	3.916	3.866	1,29
2. Obrigações	**882**	**972**	**(9,26)**
Operacional	881	971	(9,27)
Contingencial	1	1	-
3. Fundos não previdenciais	**2.322**	**1.732**	**34,06**
Fundos administrativos	2.284	1.697	34,59
Fundos de Investimentos	38	35	8,57
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	**294.072**	**274.625**	**7,08**
Provisões matemáticas	308.557	292.671	5,43
Superávit / déficit técnico	(14.485)	(18.046)	(19,73)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(14.485)	(18.046)	72,61
b) (+/-) Ajuste de Precificação	5.738	6.266	(3,42)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(8.747)	(11.780)	196,95

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT
(Plano de Benefício Definido)

(Valores em R$ mil)

DESCRIÇÃO	2017	2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	**294.992**	**275.632**	**7,02**
1. Provisões Matemáticas	**308.557**	**292.672**	**5,43**
1.1 Benefícios Concedidos	**252.686**	**233.913**	**8,03**
Benefício Definido	252.686	233.913	8,03
1.2 Benefícios a Conceder	**73.272**	**83.656**	**(12,41)**
Benefício Definido	73.272	83.656	(12,41)
1.3 Provisões Matemáticas a constituir	**(17.401)**	**(24.897)**	**(30,11)**
(-) Serviço Passado	(17.105)	(22.806)	(25,00)
Patrocinadores	(17.105)	(22.806)	(25,00)
(-) Déficit Equacionado	(296)	(2.091)	(85,84)
(-) Patrocinadores	(120)	(866)	(86,14)
(-) Participantes	(122)	(872)	(86,01)
(-) Assistidos	(54)	(353)	(84,70)
2. Equilíbrio Técnico	**(14.485)**	**(18.046)**	**(19,73)**
2.1 Resultados Realizados	**(14.485)**	**(18.046)**	**(19,73)**
Déficit Técnico Acumulado	(14.485)	(18.046)	(19,73)
3. Fundos	**38**	**35**	**8,57**
3.1 Fundos de Investimentos	**38**	**35**	**8,57**
4. Exigível Operacional	**881**	**970**	**(9,18)**
4.1 Gestão Previdencial	**878**	**950**	**(7,58)**
4.1 Investimentos – Gestão Previdencial	**3**	**20**	**(85,00)**
5. Exigível Contingencial	**1**	**1**	**-**
5.1 Gestão Previdencial	**1**	**1**	**-**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

- PLANO DE BENEFÍCIOS II

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (Plano de Benefícios II)

(Valores em R$ mil)

	DESCRIÇÃO	2017	2016	Variação (%)
	A) Ativo líquido	**21.723**	**15.989**	**35,86**
	1. Adições	**7.760**	**6.407**	**21,12**
(+)	Contribuições	5.004	4.002	25,04
(+)	Resultado positivo investimentos – gestão previdencial	2.756	2.405	14,59
	2. Destinações	**(896)**	**(673)**	**33,14**
(-)	Benefícios	(274)	(233)	17,60
(-)	Resultado negativo investimentos – gestão previdencial	(232)	(121)	91,74
(-)	Custeio administrativo	(390)	(319)	22,26
	3. Acréscimo/decréscimo no ativo liquido (1+2)	**6.864**	**5.734**	**19,71**
(+-)	Provisões matemáticas	(6.654)	(5.628)	18,25
(+-)	Fundos previdenciais	(210)	(106)	98,11
	4. Operações transitórias	-	-	-
	B. Ativo líquido – final do exercício (A+3+4)	**28.587**	**21.723**	**31,60**
	C. Fundos não previdenciais	**182**	**143**	**27,27**
(+-)	Fundos administrativos	177	140	26,43
(+-)	Fundos de Investimentos	5	3	66,67

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Ativo Líquido – DAL (Plano de Benefícios II)

(Valores em R$ mil)

DESCRIÇÃO	2017	2016	Variação (%)
1. Ativos	**28.849**	**21.937**	**31,51**
Disponível	12	7	71,43
Recebível	602	475	26,74
Investimento	28.235	21.455	31,60
Títulos públicos	6.391	6.204	3,01
Fundos de investimentos	21.198	14.823	43,01
Empréstimos	646	428	50,93
2. Obrigações	**78**	**70**	**11,43**
Operacional	78	70	11,43
3. Fundos não previdenciais	**182**	**143**	**27,27**
Fundos administrativos	177	140	26,43
Fundos dos investimentos	5	3	66,67
4. Resultados a realizar	**-**	**-**	**-**
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	**28.589**	**21.174**	**35,02**
Provisões matemáticas	27.827	21.172	31,43
Fundos previdenciais	762	552	38,04
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	-	-	-
b) (+/-) Ajuste de Precificação	409	431	(0,46)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	409	431	(0,46)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (Plano de Benefícios II)

(Valores em R$ mil)

DESCRIÇÃO	2017	2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	**28.672**	**21.798**	**31,54**
1. Provisões Matemáticas	**27.827**	**21.172**	**31,43**
1.1 Benefícios Concedidos	**80**	**50**	**60,00**
Contribuição Definida	-	-	-
Benefício Definido	80	50	60,00
1.2 Benefícios a Conceder	**27.747**	**21.122**	**31,37**
Contribuição Definida	**26.360**	**19.894**	**32,50**
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	**12.691**	**9.595**	**32,27**
Saldo de Contas - parcela participantes	**13.669**	**10.299**	**32,72**
Benefício Definido	**1.387**	**1.228**	**12,95**
1.3 Provisões Matemáticas a Constituir	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	**767**	**555**	**38,20**
3.1 Fundos Previdenciais	**762**	**552**	**38,04**
3.2 Fundo dos Investimentos - Gestão Previdencial	**5**	**3**	**66,67**
4. Exigível Operacional	**78**	**71**	**9,86**
4.1 Gestão Previdencial	**77**	**67**	**14,93**
4.2 Investimentos – Gestão Previdencial	**1**	**4**	**(75,00)**
5. Exigível Contingencial	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

13. NOTAS EXPLICATIVAS

1 – CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS

A FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS DA CESAN – FAECES, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, constituída sob a forma de fundação pela Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa / financeira, autorizada a funcionar pela Portaria do MPS nº 1.732, de 28 de dezembro de 1994, que tem como objetivo conceder benefícios previdenciários, instituir e administrar planos privados de concessão de benefícios como complemento da promoção do bem-estar social aos seus participantes e assistidos.

O patrimônio da FAECES é autônomo, livre e desvinculado de qualquer outro órgão ou entidade.

Suas atividades foram iniciadas em abril de 1995, conforme escritura pública de constituição registrada em 25 de abril de 1995, no cartório de registro civil de pessoas físicas e jurídicas da comarca de Vitória/ES, registrada no livro A-12 nº 11.202.

Os recursos necessários ao atendimento dos objetivos dos planos de benefícios administrados pela Fundação são oriundos das contribuições do patrocinador, dos participantes, dos assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, obedecendo ao disposto na Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores.

O Plano de Benefício Definido, fechado para novas adesões, foi estruturado na modalidade de Benefício Definido, sendo aprovado em 28 de dezembro de 1994 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, através do oficio nº 1.255/GAB/CTI/SCA. Nesse plano, estão previstos os pagamentos de benefícios de suplementação de aposentadorias por idade, tempo de serviço, invalidez e especial, além de pensões.

Em novembro de 2005, a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, aprovou a implantação do Plano de Benefícios II através da Portaria nº 281, de 23 de novembro de 2005, cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante. Esse plano foi estruturado na modalidade cujas características são de contribuição variável.

A FAECES também é Operadora de planos privados de assistência à saúde, na modalidade autogestão, com cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar com obstetrícia e odontologica, de acordo com o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e dos regulamentos dos planos.

2 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além das diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social – MPS, Ministério da Fazenda e das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, através da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, pela PREVIC por meio da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 (antiga sigla NBC TE 11), e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos, sejam circulantes e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

A partir do exercício de 2010, as atividades assistenciais de saúde seguem as práticas contábeis subordinadas a Agência Nacional de Saúde - ANS, por este motivo, o detalhamento das contas destinadas a gestão assistencial apresentadas neste relatório está contido nas demonstrações contábeis dos planos de saúde administrados pela Fundação, elaboradas segundo determinação e padronização definidas pela ANS.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração da FAECES em 06 de março de 2018.

A moeda funcional utilizada pela FAECES é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em Reais mil.

As Demonstrações Contábeis vigentes são:

- Balanço Patrimonial Consolidado;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social– DMPS (Consolidado);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (Consolidado);
- Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial);
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial);
- Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial).

A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios, capazes de assegurar sua exatidão.

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis estão resumidos como segue:

a) De acordo com as normas específicas e, seguindo a natureza e a finalidade das transações, os registros contábeis são segregados em três gestões distintas: Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Gestão Assistencial, além do Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa.

b) Todos os ativos e passivos dos planos de benefícios previdenciais são registrados em separado, de forma real, sem utilização de rateio ou qualquer outra metodologia de gestão compartilhada de ativos.

c) Os saldos das contas do Balanço foram mantidos pelos seus montantes originais; os investimentos nos Fundos de Investimentos são atualizados pelo valor de mercado e, os Títulos Públicos e os Derivativos pela curva do papel.

d) As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência.

e) Os títulos mobiliários são registrados por ocasião de sua aplicação pelo valor desembolsado, sendo os rendimentos apropriados "pro-rata temporis", em função dos dias decorridos no mês e ajustados aos respectivos valores de mercado.

f) Os ágios/deságios ocorridos na aquisição de títulos são amortizados mensalmente pro-rata dia, pelo prazo decorrente da aquisição até o vencimento do título.

g) Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição e ajustados, anualmente, por meio de avaliações a valor de mercado. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas de resultado de acordo com norma específica da PREVIC.

h) Os bens que constituem o imobilizado são depreciados pelo método linear às taxas de 10% ao ano, para: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, e de 20% ao ano, para: computadores e periféricos.

i) As Provisões Matemáticas foram calculadas pela empresa de consultoria externa atuarial, Projeção Consultoria Atuarial, e observaram o regime financeiro de capitalização, representando compromissos acumulados ao encerramento de cada exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder.

j) O resultado dos Investimentos é transferido à respectiva Gestão.

k) A custódia dos títulos e valores mobiliários e a responsabilidade pelo fluxo de pagamento e recebimento relativo às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa, renda variável e investimentos estruturados são exercidas pelo Banco Itau, instituição devidamente habilitada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM para executar tais funções.

3. PARTES RELACIONADAS

São consideradas partes relacionadas com a Fundação os Patrocinadores, os Participantes e Assistidos. Esta relação se dá através de um convênio de adesão, que possibilita a CESAN – Companhia Espirito Santense de Saneamento e a Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN – FAECES, oferecer a seus empregados os planos de benefícios administrados pela FAECES.

3.1. Serviço Passado

Por intermédio de um contrato de confissão de dívida com pacto adjeto de caução, o Patrocinador CESAN assumiu a responsabilidade pelo repasse das contribuições sobre o tempo de serviço de seus empregados anteriores à constituição da Fundação. O montante destas contribuições foi calculado atuarialmente e, de acordo com os termos aditivos ao contrato, está sendo corrigido mensalmente pelo INPC e acrescido dos juros de 6% ao ano. O total da dívida vem sendo amortizado através de parcelas mensais e sucessivas, com previsão para quitação em dezembro de 2020. Os valores envolvidos e demais informações estão descritas na Nota 10.

3.2. Déficit Equacionado

Para equacionamento do Déficit acumulado no final do exercício de 2010, foram estipuladas contribuições extraordinárias para os Patrocinadores, os Participantes e os Assistidos, de forma que a

responsabilidade fosse igualmente dividida entre as partes. Os valores e as condições estão expressos na Nota 10.

3.3. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos a participantes e assistidos também são considerados transações com parte relacionadas e estas operações estão detalhadas na Nota 5.

3.4. Administração da Entidade

A administração da FAECES é composta por três diretores, no entanto, no decorrer de 2016, em função do termino do mandato do diretor de seguridadee por decisão do Conselho Deliberativo, o Diretor Presidente assumiu temporária e cumulativamente, a Diretoria de Seguridade. No início de 2017 um novo diretor foi designado para o cargo. Os custos relacionados aos honorários de diretores cedidos pelo Patrocinador CESAN são integralmente ressarcidos a este, conforme convênios de cooperação técnica para cessão de empregados à Fundação. Em complementação ao salário recebido, a Fundação paga a seus Diretores, além de gratificação, a diferença no valor estipulado para os honorários conforme rege seu Estatuto Social. Os custos com a Diretoria em 31 de dezembro de 2017são representados como segue:

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2017	2016
DIRIGENTES	**1.090**	**933**
HONORÁRIOS E GRATIFICAÇÕES	868	510
REEMBOLSO A CESAN	222	423

4. REALIZÁVEL

4.1. Gestão Previdencial

Registra os direitos da Fundação, valores relativos às contribuições patronal, de participantes e assistidos, empréstimos descontados na folha dos patrocinadores.

O depósito judicial refere-se a processo trabalhista movido por participante contra a CESAN. Por figurar no polo passivo, a FAECES participa do processo, mas toda a despesa, em caso de decisão desfavorável, será arcada pelo patrocinador.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2017	2016
Gestão previdencial	**1.966**	**1.949**
Recursos a receber	**1.956**	**1.936**
Contribuições do mês	1.653	1.601
Contribuições sobre 13º salário	303	335
Depósitos judiciais/recursais	**8**	**8**
Processos cíveis	8	8
Outros realizáveis	**2**	**5**
Repasse de valores entre os planos previdenciais	2	5

4.2. Gestão Administrativa

Registra as operações administrativas efetuadas pela Fundação, em conformidade com a Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, através do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

O patrimônio do Plano de Gestão Administrativa – PGA é constituído pelos repasses, a título de custeio administrativo, efetuados pela gestão previdencial e pelo fluxo dos Investimentos, bem como, pelas receitas oriundas de aplicação financeira das eventuais sobras de recursos, que após a dedução das despesas administrativas, promovem a constituição do fundo administrativo no caso de saldo não gasto ou, é feita a reversão desse fundo para o PGA no caso de insuficiência de saldo para as despesas.

As contas de valores a receber referem-se ao custeio administrativo a ser repassado pelos planos de benefícios e foram incluídas nos "ajustes e eliminações para consolidação do balanço", conforme Nota 17.

O depósito judicial refere-se ao processo trabalhista relativo a um pedido de reconhecimento de vínculo empregatício, no qual a fundação obteve êxito na primeira instância, contra uma sentença desfavorável na segunda. No aguardo do julgamento na última instância, o valor calculado pelo perito foi depositado em juízo no início de 2016, sendo posteriormente acrescido de depósitos recursais.

Os outros realizáveis referem-se a repasse de valores pagos pelo PGA a serem reembolsados pelas outras gestões.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2017	2016
Gestão administrativa	**1.361**	**1.373**
Contas a receber	**782**	**818**
Contribuições para o custeio administrativo	782	818
Despesas antecipadas	**14**	**4**
Adiantamento de férias	11	3
Adiantamento de 13º	2	-
Assinatura de jornais e revistas	1	1
Depósito judicial	546	534
Outros realizáveis	19	17
Restituições de despesas da CESAN	-	2
Operações entre Planos	19	15

5. INVESTIMENTOS

Registra as aplicações dos recursos garantidores da reserva matemática nos limites e modalidades permitidas pela Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores. Os títulos e valores mobiliários resultantes destas aplicações estão classificados contabilmente conforme especificado no plano de contas padrão, considerando os emissores desses ativos, ou seja, Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundos de Investimento, Derivativos, Operações com Participantes e Investimentos Imobiliários.

Em atendimento a Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução MPAS/CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os Títulos de Renda Fixa, considerados aqueles que garantem rentabilidade uniforme ao longo de sua existência e que se encontram registrados contabilmente nos seguintes grupos de contas: Títulos Públicos, Fundos de Investimento e Derivativos, estão segregados nas seguintes categorias:

a) Títulos Para Negociação - adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados, são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício.

b) Títulos Mantidos até o Vencimento - com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a Entidade mantém interesse e capacidade financeira em mantê-los até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO
Investimentos	**184.362**	**134.121**
Títulos públicos	**-**	**134.121**
NTN-B	-	134.121
Fundos de investimentos	**184.362**	**-**
Referenciado	36.783	-
Renda fixa	19.859	-
Ações	41.278	-
Multimercado	56.143	-
Direitos creditórios	2.188	-
Participações	28.111	-

5.1. Títulos Públicos

Os investimentos em títulos públicos estão registrados, de acordo com sua aquisição, pelo valor desembolsado, evidenciando-se os juros e rendimentos decorridos, ágio e deságio, sendo as receitas correspondentes registradas em conta de resultado apropriadas até o vencimento da operação, observado o critério "pró-rata temporis".

Conforme as características destes títulos, os juros acumulados são repassados aos investidores semestralmente. A sua aquisição se deu com taxas superiores a 6% a.a., o que rentabilizou para os planos um valor em torno de R$ 7,98 milhões em 2017 e R$ 7,73 milhões em 2016, correspondente aos pagamentos dos repasses. Considerando o volume investido em cada plano, o repasse em 2017 para o plano de Benefício Definido foi de R$ 7,61 milhões (R$7,36 milhões em 2016) e R$ 387 mil (R$374 mil em 2016) para o plano de Benefícios II.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2017	2016
NTN-B	**134.121**	**130.181**
Custo	45.002	45.002
Rendimento	91.593	87.910
Juros	1.146	1.164
Ágio/Deságio	(3.620)	(3.895)

O deságio apresentado no quadro acima é um ajuste do valor contábil do título na marcação a mercado por exigência da legislação, porém os títulos que compõe a carteira dos planos de benefícios previdenciários administrados pela FAECES são marcados na curva uma vez que somente serão resgatados no vencimento.

5.2. Fundos de Investimento

Registra os investimentos realizados com aquisições de quotas de fundos de renda fixa, ações, multimercados, referenciados e participações, que são custodiadas no Itaú Unibanco S/A e possuem prazo de vencimento indeterminado. Estão avaliados de acordo com os cálculos dos respectivos gestores, que tomando por base as variações do mercado, determinam o valor das quotas.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2017	2016
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	**184.362**	**161.595**
Referenciado	36.783	32.765
Renda fixa	19.859	23.565
Ações	41.278	33.084
Multimercado	56.143	44.201
Direitos creditórios	2.188	4.140
Participações	28.111	23.840

5.3. Investimentos Imobiliários

Registra os investimentos realizados com aquisições de imóveis para uso próprio conforme determina a IN SPC nº34, de 24 de setembro de 2009. Os imóveis foram adquiridos a partir de 2006 e, com base nos laudos de avaliações, que contemplam o valor de mercado locativo, foi defino o aluguel a ser repassado pela Gestão Administrativa à Gestão Previdencial.

Até o exercício de 2014 os imóveis foram depreciados de acordo com sua vida útil, também determinada pelos laudos de avaliações, no entanto, as alterações promovidas pela IN PREVIC nº 15, de 12 de novembro de 2014, dispensam a depreciação para os imóveis avaliados anualmente. A partir de janeiro de 2015 a FAECES passou a reavaliar seus imóveis anualmente.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2017	2016
Alugueis e rendas	**588**	**475**
Uso próprio	**588**	**475**
Custo corrigido	582	410
Aluguel a receber	6	5
Aquisição de imóvel	-	60

Em 2017, a Fundação realizou a reavaliação dos imóveis de acordo com a Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011.O laudo foi preparado pela empresa Consulting Engenharia S/S Ltda ME e está de acordo com o estabelecido na alínea J, do anexo A, da IN SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009. O efeito da reavaliação está demonstrado a seguir:

(Valores em R$ mil)

DESCRIÇÃO	DATA DA COMPRA	VALOR DE COMPRA	AVALIAÇÃO EM 2016	VALOR CONTÁBIL EM 2017	AVALIAÇÃO EM 2017	DIFERENÇA AVALIAÇÃO X CONTABIL
Sala 1304	13/12/2006	20	40	40	40	-
Sala 1305	17/09/2010	45	48	48	48	-
Sala 1306	13/12/2006	20	55	55	55	-
Sala 1307	01/08/2007	20	57	57	57	-
Sala 1308	01/08/2007	20	60	60	60	-
Sala 1309	01/08/2007	20	60	60	60	-
Sala 1310	01/08/2007	20	60	60	60	-
Sala 1312	15/06/2015	60	60	60	60	-
Vaga de garagem 09	13/12/2006	7	10	10	10	-
Vaga de garagem 19	13/12/2006	7	10	10	10	-
Vaga de garagem 35	13/12/2006	4	10	10	10	-
Total		**243**	**470**	**470**	**470**	**-**

Ainda em 2017, a FAECES adquiriu as salas 1311 e 1313. Considerando à IN SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as despesas com corretagens, transferência e registro das referidas salas, foram adicionadas ao custo de aquisição, gerando um valor contábil maior que o valor pago pelas salas.

(Valores em R$ mil)

DESCRIÇÃO	DATA DA COMPRA	VALOR DE COMPRA	VALOR CONTÁBIL
Sala 1311	01/08/2017	60	62
Sala 1313	27/10/2017	42	50

5.4. Operações com Participantes

Registra operações com participantes e assistidos relativas a empréstimos concedidos nos limites estabelecidos pela Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, com taxas de juros correspondentes ao INPC + 0,6% a.m. sobre o saldo devedor da operação. As operações estão registradas pelo valor

principal acrescida dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço. Nas operações são acrescidos o IOF – Imposto sobre Operações Financeiras, calculado com base no valor do empréstimo, cobrado na liberação.

As prestações dos empréstimos são descontadas na folha de salários dos patrocinadores e na folha de benefícios dos assistidos, e para os participantes sem desconto em folha, ou seja, os afastados por auxilio doença, licença sem vencimentos e autopatrocinados, são gerados boletos bancários com o valor da prestação.

Foram constituídas provisões para perdas relativas à inadimplência das operações com participantes conforme os critérios estabelecidos pela IN SPC 34 de 24 de setembro de 2009, que estabelece os percentuais de 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% para atrasos entre 121 e 240 dias, 75% para atrasos entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos acima de 360 dias. Considerando as parcelas vencidas, foram calculados os dias de atraso e aplicados os respectivos percentuais sobre o saldo devedor.

As operações com participantes podem ser assim representadas:

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2017	2016
Empréstimos e Financiamentos	**4.561**	**4.294**
Empréstimos a participantes	4.496	4.313
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(29)	(75)
Valores a receber	94	56

6. ATIVO PERMANENTE

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear com taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens.

O Intangível refere-se a implantação do novo sistema para gerenciamento das operações da FAECES, compreendendo os módulos de seguridade, financeiro, contabilidade, investimentos, administrativo e plano de saúde.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2017	2016
Permanente	**182**	**198**
Imobilizado	**90**	**74**
Bens móveis	**72**	**64**
Móveis e utensílios	12	11
Máquinas e equipamentos	3	3
Computadores e periféricos	55	46
Condicionadores de ar	2	4
Bens imóveis	**18**	**10**
Benfeitorias em andamento	11	-
Benfeitorias em imóvel de terceiro	**7**	**10**
Intangível	**92**	**124**
Software	92	124

As principais taxas de depreciações, amortizações utilizadas e movimentação do Ativo Permanente foram:

- Móveis e Utensílios, Máq. e Equipamentos – 10% a.a.
- Computadores e Periféricos (Hardware e Software) – 20% a.a.
- Benfeitorias em imóveis de terceiros – 5% a.a.
- Implantação de sistemas – 5% a.a.

(Valores em R$ mil)

MOVIMENTAÇÃO DO PERMANENTE	2017	2016
1 - Saldo do Imobilizado = (1.1 + 1.2)	**90**	**74**
1.1 - Bens Móveis	**72**	**64**
Custo Corrigido	234	387
Adições	30	36
Baixas	(27)	(189)
Depreciações	(165)	(27)
1.2 – Benfeitorias em Imóvel de Terceiros	**18**	**10**
Custo Corrigido	17	17
Adições	11	-
Baixas	-	-
Depreciações	(10)	(7)
2 - Saldo do Intangível = (2.1)	**92**	**124**
2.1 –Software	**92**	**124**
Custo Corrigido	176	161
Amortização	(84)	(37)
TOTAL DO PERMANENTE = (1+2)	**182**	**198**

7. GESTÃO ASSISTENCIAL

Registra as operações com os planos de saúde administrados pela Fundação que se encontram registrados na Agência Nacional de Saúde – ANS, sendo suas despesas custeadas integralmente com recursos da Gestão Assistencial.

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Nessa rubrica são registradas as obrigações decorrentes de direitos a benefícios pelos participantes e assistidos, salários dos empregados da entidade, prestações de serviços, obrigações fiscais e cheques emitidos e não compensados até o final do exercício.

O item "Outras Exigibilidades" da Gestão Previdencial contemplava os valores a repassar à Gestão Assistencial, os valores a repassar à Gestão Administrativa ou entre os planos previdenciais, foram ajustados de acordo com as eliminações para consolidação do balanço, Nota 17.

O item "Outras Exigibilidades" dos Investimentos refere-se às taxas CETIP e SELIC a pagar e à provisão de IOF a recolher sobre as aplicações efetuadas no mês de dezembro, caso sejam resgatadas antes de 30 dias.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2017	2016
Exigível operacional	**1.543**	**1.469**
Gestão previdencial	**954**	**1.017**
Benefícios a pagar	72	99
Retenções a recolher	286	233
Outras exigibilidades	596	685
Gestão administrativa	**582**	**425**
Contas a pagar	480	358
Retenções a recolher	88	49
Tributos a recolher	14	14
Outras exigibilidades	-	4
Investimentos	**7**	**27**
Empréstimos e financiamentos	1	5
Outras exigibilidades	6	22

9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Representa provisões constituídas com base nas informações fornecidas pela Assessoria Jurídica, em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

A provisão relacionada com a Gestão Previdencial refere-se a um processo relativo à devolução de impostos retidos no valor de R$1.

Existe ainda na Gestão Previdencial, um processo Cível, movido por um participante, pleiteando revisão do cálculo de seu benefício. O Jurídico entende ser possível a chance de perda da ação, neste caso, os valores a repassar ao reclamante seriam oriundos da Reserva Matemática e seus reflexos calculados por ocasião da avaliação atuarial.

A Gestão Administrativa possui um processo trabalhista relativo a um pedido de reconhecimento de vínculo empregatício, no qual a fundação obteve êxito na primeira instancia, contra uma sentença desfavorável na segunda. No aguardo do julgamento no Supremo, o valor calculado pelo perito foi depositado em juízo no início de 2016.

As provisões estão assim representadas:

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2017	2016
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	**525**	**483**
Gestão previdencial	**1**	**1**
Provisão	1	1
Gestão administrativa	**524**	**482**
Comum	524	482
Provisão	524	482

10. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Constituídas com base em cálculos atuariais efetuados por profissional habilitado e demonstrado conforme diretrizes da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Os cálculos registrados na contabilidade foram efetuados de acordo com a nota técnica atuarial e representam o valor atual total das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, calculadas com base nos Planos de Benefícios, tendo sido elaborado pela empresa Projeção Consultoria Atuarial Ltda, consultoria externa, conforme parecer atuarial datado de 05 de fevereiro de 2018.

As hipóteses adotadas na avaliação atuarial, definidas pelo Atuário, estão explicitadas no Demonstrativo Atuarial - DA.

10.1. Benefícios Concedidos

Representam o valor atual dos compromissos futuros dos planos de benefícios para com os assistidos que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

10.2. Benefícios a Conceder

Representam a diferença entre o valor atual das obrigações futuras dos planos e o valor atual das contribuições futuras dos Participantes/Patrocinador, avaliados para participantes que não adquiriram o direito aos benefícios de prestação continuada.

10.3. Provisões Matemáticas a Constituir

Registram o valor atual das contribuições especiais futuras, na data das demonstrações contábeis. O Serviço Passado é de responsabilidade exclusiva do patrocinador e o Déficit Equacionado de responsabilidade dos participantes, assistidos e patrocinador.

a) Serviço Passado - Representa o cálculo atuarial do valor a receber do patrocinador, relativo ao tempo de serviço dos seus empregados anteriores à criação da FAECES. Conforme Termo Aditivo 03 ao Contrato de Confissão de Dívidas, assinado entre a CESAN e a FAECES, o montante, R$ 28.508, foi divido em 60 parcelas mensais, contadas a partir de janeiro de 2016 e, acrescidas da taxa de juros de 6% ao ano, mais o índice INPC, divulgado pelo IBGE, do mês anterior à competência da parcela. Ao final de 2017 o montante da dívida é de R$ 17.104, restando 36 parcelas.

b) Déficit Equacionado - Em observação ao art. 28, da Resolução CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008, o Déficit acumulado no final do exercício de 2010, da ordem de R$ 4.735, foi equacionado através de contribuições extraordinárias, efetuadas pelos participantes, assistidos e patrocinadores, a partir de março de 2012, num prazo de 6 anos, aplicando-se sobre o salário de contribuição, os seguintes percentuais:

ANO	PARTICIPANTES	ASSISTIDOS	PATROCINADORES
De março de 2012 a fevereiro de 2013	0,54%	0,52%	0,53%
De março de 2013 a fevereiro de 2014	0,54%	0,52%	0,53%
De março de 2014 a fevereiro de 2015	0,79%	0,66%	0,78%
De março de 2015 a fevereiro de 2016	1,10%	0,92%	1,08%
De março de 2016 a fevereiro de 2017	1,46%	1,21%	1,44%
De março de 2017 a fevereiro de 2018	2,15%	1,80%	2,14%

(Valores em R$ mil)

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO EXIGÍVEL ATUARIAL		
DISCRIMINAÇÃO	2017	2016
EXIGÍVEL ATUARIAL	**336.384**	**313.843**
Benefícios concedidos	**252.765**	**233.962**
Contribuição definida	-	-
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	252.765	233.962
Benefícios a conceder	**101.019**	**104.778**
Contribuição definida	26.360	19.894
Benefício definido estrut. em regime de capitalização programado	62.158	71.032
Benefício definido estrut. em regime de capitalização não programado	12.501	13.852
(-) Provisões matemáticas a constituir	**(17.400)**	**(24.897)**
(-) Serviços passados	(17.104)	(22.806)
(-) Déficit equacionado	(296)	(2.091)

11. EQUILIBRIO TÉCNICO

Registra o Déficit Técnico acumulado ao final dos exercícios de 2017 e 2016. Nos anos anteriores, em função da inflação muito elevada e da volatilidade do mercado financeiro, a FAECES não conseguiu atingir a meta atuarial, no entanto, com a queda da inflação e os ajustes promovidos na carteira de investimentos em 2017, a Fundação obteve um retorno positivo, superando a meta atuarial e reduzindo o Déficit Acumulado.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2017	2016
Equilíbrio técnico	**(14.485)**	**(18.046)**
Déficit acumulado	**(14.485)**	**(18.046)**
Superávit do exercício	3.561	-
Déficit do exercício	-	(7.591)
Déficit anterior	(18.046)	(10.455)

12. EQUILIBRIO TÉCNICO AJUSTADO

A Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, no seu artigo 4º, incluiu o quadro de "Informações Complementares" na "Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios", com o objetivo de demonstrar o cálculo utilizado para a apuração do equilíbrio técnico ajustado. E a Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, apresentou os critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico.

Este ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento", calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,65% e o valor contábil desses títulos (Nota 5). Estão sujeitos ao referido ajuste os títulos que tem por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder com

valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem características de benefício definido na fase de concessão.

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado em Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, de cada plano de benefícios, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

O ajuste de precificação dos títulos públicos em 31 de dezembro de 2017 resultou em um valor positivo de R$ 5.738 (R$ 6.266 em 31 de dezembro de 2016) para o plano de Benefício Definido e R$ 409 (R$ 431 em 31 de dezembro de 2016) para o plano de Benefícios II, conforme demonstrado a seguir:

(Valores em R$ mil)

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO							
ATIVO	VENCIMENTO	QUANT.	VALOR DE COMPRA	VALOR DO PAPEL NA CURVA	VALOR A MERCADO	VALOR A TAXA DO PASSIVO	VARIAÇÃO CURVA X TAXA DO PASSIVO
NTN - B	15/08/2018	3.643	9.500	11.262	11.492	11.326	64
NTN - B	15/05/2023	20.000	47.293	60.176	64.364	62.186	2.010
NTN - B	15/05/2023	6.300	14.917	18.917	20.275	19.589	672
NTN - B	15/05/2023	8.382	20.014	25.197	26.974	26.062	865
NTN - B	15/05/2035	4.500	10.959	12.178	14.758	14.305	2.127
Total		**42.825**	**102.683**	**127.730**	**137.863**	**133.468**	**5.738**

(Valores em R$ mil)

PLANO DE BENEFÍCIOS II							
ATIVO	VENCIMENTO	QUANT.	VALOR DE COMPRA	VALOR DO PAPEL NA CURVA	VALOR A MERCADO	VALOR A TAXA DO PASSIVO	VARIAÇÃO CURVA X TAXA DO PASSIVO
NTN - B	15/05/2023	1.676	4.002	5.038	5.393	5.211	173
NTN - B	15/05/2035	500	1.218	1.353	1.640	1.589	236
Total		**2.176**	**5.220**	**6.391**	**7.033**	**6.800**	**409**

13. FUNDOS

13.1. Fundo Previdencial

Conforme estabelecido no Art. 32 do Regulamento do Plano de Benefícios II, tendo observado os critérios da legislação vigente, a FAECES constitui o Fundo Previdencial utilizando os recursos relativos às contribuições dos patrocinadores, não resgatadas pelos participantes.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2017	2016
FUNDO PREVIDENCIAL	**762**	**552**
Reversão de saldo por exigência regulamentar	762	552

13.2. Fundo Administrativo

Registrado, conforme previsto no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa e Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009. As fontes de custeio obedecem às determinações do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, aprovada pelo Conselho Deliberativo da FAECES, apropriadas do resultado dasoma das receitas e despesas previdenciais e constituído de acordo com os critérios estabelecidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2017	2016
Fundo administrativo	2.461	1.837

13.3. Fundo de Investimentos

Registra os valores destinados ao Fundo Garantidor de Empréstimos conforme previsto no Regulamento do Empréstimo.É constituído pelo aporte mensal de 0,03% sobre o saldo devedor de empréstimo do participante e seu objetivo é a cobertura das possíveis perdas com inadimplência e morte, depois de esgotadas todas as formas de cobrança do saldo devedor, a saber: desconto no pecúlio, desconto na pensão por morte, cobrança judicial, etc.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2017	2016
Fundo garantidor de empréstimo	43	38

14. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Através da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, que dispõe sobre critérios e limites para custeio das despesas administrativas, o Conselho Deliberativo aprovou o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa do plano de benefício previdencial.

O Conselho Deliberativo estabeleceu como limite das despesas administrativas, para o ano de 2017, o percentual de 8,5% sobre o montante dos Recursos Coletados Previdenciais e Despesas de Benefícios.

Este limite vem sendo observado rigorosamente pela Fundação.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2017	2016
Custeio adm. Praticado (1 ÷2)	**6,79%**	**6,19%**
1 - Despesa Adm. (previdencial + investimento)	3.095	2.691
2 - Receita Previdencial + Despesa Previdencial	45.571	43.469

15. CRITÉRIOS DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

O rateio das despesas administrativas totais entre a gestão previdencial, gestão assistencial e o fluxo dos investimentos foram realizados conforme pré-determinado pela Fundação e devidamente aprovado em Reunião de Conselho Deliberativo, por meio do orçamento programa 2017/2016.

Os percentuais se dividem da seguinte forma:

GESTÃO	2017 (%)	2016 (%)
Previdencial	53	53
Assistencial	26	26
Fluxo dos investimentos	21	21

Para 2018, com a implantação do Viva+, novo plano de assistência à saúde administrado pela Fundação para seus participantes e assistidos, a parcela relativa as despesas administrativas assistenciais, será lançada diretamente no plano de contas estabelecido pela ANS, tornando desnecessário a transferência de recursos entre Gestão Assistencial e o PGA.

16. RESULTADO DO EXERCÍCIO

Os resultados dos exercícios de 2017 e 2016 foram apurados pelo regime de competência e apresentam déficit contábil de R$14.485 em 2017 e R$18.046 em 2016.

A partir do exercício de 2015, a FAECES passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015 (Nota 12).

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser a base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização do superávit técnico ou para equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário, dependendo do caso.

A Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula "(duration – 4) x 1% x reserva matemática". Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula "(10% + (duration x 1%)) x reserva matemática".

A duração do passivo do plano de Benefício Definido da FAECES é de 10,14 em 2017 e 10,35 em 2016, com isso, a zona de equilíbrio para o déficit técnico é de respectivamente, 6,14% e 6,35%.A evolução do equilíbrio técnico ajustado acumulado, bem comoo índice de solvência, nos últimos dois exercícios, estão demonstrados a seguir:

a) Cálculo do limite

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2017	2016
1. Saldo das Provisões Matemáticas (Conta 2.3.1.1.00.00.00.00)	308.557	292.671
2. Calculo do limite do Déficit Técnico acumulado		
2.1 Duração do Passivo deduzido 04 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	6,14	6,35
2.2 Limite do Déficit Técnico que deve permanecer ((2.1 x 1%) x -1)	(18.945)	(18.585)

b) Cálculo do Equilibrio Técnico Ajustado

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2017	2016
4. EquilíbrioTécnico Contábil (Conta 2.3.1.2.00.00.00.00)	(14.485)	(18.046)
5. Ajuste de Precificação Positivo/Negativo	5.738	6.266
6. Equilíbrio Técnico Ajustado (4 + 5)	(8.747)	(11.780)
7. Índice de Solvência (6 / 1 x 100)	(2,83%)	(4,02%)

Conforme observado no demonstrativo, os exercícios de 2017 e 2016 foram encerrados com o equilíbrio técnico ajustado negativo de R$8.747 e R$11.780, respectivamente, resultando em um índice de solvência de 2,83% e 4,02%, inferiores aos limites da zona de equilíbrio mínima, 6,14% e 6,35%, respectivamente.

Dessa forma, nos referidos exercícios não existe a obrigatoriedade de elaboração e aprovação de plano de equacionamento de déficit técnico.

17. AJUSTES E ELIMINAÇÕES PARA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

Para consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados ajustes e eliminações nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa" e "Participação no Fundo Administrativo PGA", de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Seguindo a mesma filosofia, e embora não estivessem elencadas na legislação citada anteriormente, incluímos ainda as contas de repasse de valores entre as gestões Previdencial e Administrativa conforme quadro a seguir:

(Valores em R$ mil)

ATIVO	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO DE BENEFICIOS II	ASSISTENCIAL	PGA	AJUSTES E ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
DISPONIVEL	**79**	**12**	**-**	**1**	**-**	**92**
REALIZÁVEL	**297.198**	**28.837**	**-**	**3.385**	**(2.461)**	**326.959**
Gestão Previdencial	1.541	425	-	-	-	1.966
Recursos a Receber	1.530	425	-	-	-	1.955
Depósitos Judiciais/Recursais	8	-	-	-	-	8
Outros Realizáveis	3	-	-	-	-	3
Gestão Administrativa	2.284	177	-	1.361	(2.461)	1.361
Contas a Receber	-	-	-	782	-	782
Despesas Antecipadas	-	-	-	14	-	14
Participação no Fundo Administrativo	2.284	177	-	-	(2.461)	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	546	-	546
Outros Realizáveis	-	-	-	19	-	19
Investimentos	293.373	28.235	-	2.024	-	323.632
PERMANENTE	**-**	**-**	**-**	**182**	**-**	**182**
GESTÃO ASSISTENCIAL	**-**	**-**	**7.162**	**-**	**-**	**7.162**
TOTAL DO ATIVO	**297.277**	**28.849**	**7.162**	**3.568**	**(2.461)**	**334.395**

(Valores em R$ mil)

PASSIVO	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO DE BENEFICIOS II	ASSISTENCIAL	PGA	AJUSTES E ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
EXIGIVEL OPERACIONAL	**881**	**78**	**-**	**584**		**1.543**
Gestão Previdencial	877	77	-	-		954
Benefícios a Pagar	72	-	-	-	-	72
Retenções a Recolher	286	-	-	-	-	286
Outras Exigibilidades	519	77	-	-		596
Gestão Administrativa	-	-	-	582		582
Contas a Pagar	-	-	-	480	-	480
Retenções a Recolher	-	-	-	88	-	88
Tributos a Recolher	-	-	-	14	-	14
Outras Exigibilidades	-	-	-	-		-
Investimentos	3	1	-	3	-	7
EXIGIVEL CONTINGENCIAL	**1**	**-**	**-**	**524**	**-**	**525**
Gestão Previdencial	1	-	-	-	-	1
Gestão Administrativa	-	-	-	524	-	524
PATRIMÔNIO SOCIAL	**296.394**	**28.771**	**-**	**2.461**	**(2.461)**	**325.165**
Patrimônio de Cobertura do Plano	294.072	27.827	-	-	-	321.899
Provisões Matemáticas	308.557	27.827	-	-	-	336.384
Equilíbrio Técnico	(14.485)	-	-	-	-	(14.485)
Fundos	2.322	944	-	2.461	(2.461)	3.266
Fundos Previdenciais	-	762	-	-	-	762
Fundo Administrativo	2.284	177	-	2.461	(2.461)	2.461
Fundos de Investimentos	38	5	-	-	-	43
GESTÃO ASSISTENCIAL	**-**	**-**	**7.162**	**-**	**-**	**7.162**
TOTAL DO PASSIVO	**297.277**	**28.849**	**7.162**	**3.568**	**(2.461)**	**334.395**

Luiz Carlos Cotta | Diretor-Presidente
CPF: 450.306.347-20

Andre Barbosa Barreto Duarte | Diretor Adm. Financeiro
CPF: 085.176.837-73

Ana Cristina Munhós de Souza | Diretora de Seguridade
CPF: 215.638.706-06

Célio Ramos Lopes | Contador - CRC 8016/O-7 ES
CPF: 787.168.886-34

PARECERES

14. PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO DA FAECES REFERENTE AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2017

I. DA SITUAÇÃO ATUARIAL

Com base nos resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, realizada na data base de 31/12/2017, concluímos que o Patrimônio de Cobertura do Plano, dimensionado em R$ 294.072.203,09, era insuficiente para honrar os compromissos assumidos com seus participantes e assistidos, representados pelas Provisões Matemáticas que atingiram o valor de R$ 308.557.498,75.

Desta forma, fica evidenciado que o supracitado Plano encontrava-se atuarialmente desequilibrado naquela data, sendo registrado um Déficit Técnico Acumulado no valor de R$ 14.485.295,66, equivalente a 4,69% das referidas Provisões Matemáticas.

II. DA REDUÇÃO DO DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO

Pautando-se nos estudos realizados na data base de 31/12/2017, verificamos que a redução do Déficit Técnico Acumulado de R$ 18.045.669,83, apurado em 31/12/2016, para R$ 14.485.295,66, registrado em 31/12/2017, foi causada pelos seguintes fatores:

	(Valores em R$)
1) Déficit Técnico Acumulado no exercício anterior	(18.045.669,83)
2) Atualização do Déficit Técnico Acumulado no exercício anterior, com base na meta atuarial	(1.391.321,14)
3) Perdas atuariais de causas diversas	(3.635.208,65)
4) Ganho decorrente dos rendimentos líquidos auferidos pelos investimentos do Plano terem ficado acima da meta atuarial	8.586.903,96
5) Déficit Técnico Acumulado no exercício atual (1) + (2) + (3) + (4)	**(14.485.295,66)**

III. DO EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO NOS EXERCÍCIOS DE 2016 E 2010

III.1 DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO EM 31/12/2017

Quanto ao Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2017 de R$ 14.485.295,66, insta salientar que seu valor encontra-se abaixo do Limite de Déficit Técnico Acumulado, estabelecido pela Resolução CNPC nº 22, de 25/11/2015. Por essa razão, não há necessidade de elaboração do plano de equacionamento de déficit.

III.2 DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO EM 31/12/2010

No que tange ao Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2010, deve-se ressaltar que seu equacionamento encerra-se em fevereiro de 2018, mantendo-se os seguintes percentuais relativos às contribuições extraordinárias de participantes, assistidos e patrocinadores:

Ano	Contribuições Extraordinárias		
	Participantes (% aplicado sobre o salário de participação)	**Assistidos** (% aplicado sobre o benefício)	**Patrocinadores** (% aplicado sobre a folha de salário de participação)
Até fev/2018	2,15%	1,80%	2,14%

IV. DOS CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Os custos do Plano de Benefício Definido da FAECES, avaliados com base nos dados cadastrais dos participantes, nas hipóteses atuariais e nos métodos de financiamento descritos no presente parecer, apresentaram os seguintes resultados:

Tipo de Benefício	Custo em % da folha total do salário de participação
Aposentadoria por Tempo de Contribuição e por Idade (a)	6,10%
Aposentadoria por Invalidez (b)	2,31%
Pensão (c)	3,33%
Pecúlio (d)	0,33%
Taxa de Carregamento (e)	8,42%
Custo Normal (f) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e)	**20,49%**
Custo Suplementar (g)	20,26%
Custo Total (h) = (f) + (g)	**40,75%**

V. DO PLANO DE CUSTEIO

Com base no resultado da avaliação atuarial realizada no encerramento do exercício de 2017, concluímos que as taxas de contribuição necessárias a custear o Plano de Benefício Definido da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN – FAECES são as determinadas a seguir:

V.1. CONTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES:

V.1.1 Contribuição Normal de Participantes

- Manutenção das taxas aplicadas no exercício anterior, a saber:

Idade na Data de Inscrição no Plano	Taxa aplicada sobre o salário de Participação	Taxa aplicada sobre o excesso do Salário de Participação em relação ao Teto do INSS	Taxa aplicada sobre o excesso do Salário de Participação em relação a 3x o Teto do INSS
14	2,48%	8,94%	2,37%
15	2,52%	9,14%	2,42%
16	2,57%	9,34%	2,46%
17	2,63%	9,53%	2,52%
18	2,68%	9,72%	2,56%
19	2,74%	9,92%	2,62%
20	2,78%	10,11%	2,66%
21	2,84%	10,31%	2,72%
22	2,89%	10,51%	2,76%
23	2,95%	10,69%	2,82%
24	2,99%	10,89%	2,87%
25	3,05%	11,09%	2,92%
26	3,10%	11,28%	2,97%
27	3,16%	11,47%	3,01%
28	3,20%	11,67%	3,07%
29	3,26%	11,86%	3,11%
30	3,31%	12,06%	3,17%
31	3,37%	12,25%	3,21%
32	3,41%	12,44%	3,27%
33	3,47%	12,64%	3,31%
34	3,52%	12,84%	3,37%
35	3,58%	13,02%	3,41%
36	3,63%	13,22%	3,47%
37	3,67%	13,42%	3,51%
38	3,73%	13,61%	3,56%
39	3,78%	13,81%	3,61%
40 ou mais anos de idade	3,84%	14,00%	3,66%

V.1.2 Contribuição Extraordinária de Participantes a ser realizada até fevereiro de 2018

- 2,15% aplicado sobre o salário de participação.

V.2. CONTRIBUIÇÃO DE ASSISTIDOS:

V.2.1 Contribuição Normal de Assistidos

- Manutenção das taxas aplicadas no exercício anterior, a saber:

Suplementação inferior ou igual ao teto da Previdência Social	Suplementação superior ao teto da Previdência Social e inferior a 3x teto da Previdência Social	Suplementação superior a 3x teto da Previdência Social
4,90%	8,60%	12,30%

V.2.2 Contribuição Extraordinária de Assistidos a ser realizada até fevereiro de 2018

- 1,80% aplicado sobre o benefício.

V3. CONTRIBUIÇÃO DE PATROCINADORES:

V3.1 Contribuição Normal e Contribuição de Serviço Passado de Patrocinador

- **29,48%** (vinte e nove vírgula quarenta e oito por cento) da folha total do salário de participação, sendo **9,22%** referentes ao Custo Normal e **20,26%** ao Custo Amortizante (Serviço Passado), previsto a vigorar pelo prazo de três anos, contados a partir de 31/12/2017. A referida taxa de **20,26%** foi estimada com base no valor esperado da amortização anual das Provisões Matemáticas a Constituir, admitindo-se o supracitado prazo de amortização e o Sistema de Amortização Constante como forma de amortização das referidas provisões, conforme previsto no Termo Aditivo 03 do Contrato de Confissão de Dívida firmado entre a Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES e a Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, em 14/12/2015.

V3.2 Contribuição Extraordinária de Patrocinador a ser realizada até fevereiro de 2018

- 2,14% aplicado sobre a folha total de salário de participação.

VI. DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

É importante registrar que o Patrimônio de Cobertura do Plano, considerado no presente estudo, foi apurado com base nos registros contábeis referentes ao encerramento do exercício de 2017, conforme demonstrado a seguir:

Conta	Título	Valores em R$
1	Ativo	297.275.944,48
2.1	Exigível Operacional	(881.061,61)
2.2	Exigível Contingencial	(1.000,00)
2.3.2	Fundos	(2.321.679,78)
Patrimônio de Cobertura do Plano		**294.072.203,09**

VII. DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas do Plano de Benefício Definido da FAECES, dimensionadas com base nos dados cadastrais de participantes e assistidos, bem como nas hipóteses atuariais e nos métodos de financiamento descritos no presente parecer, registraram na data de 31/12/2017 os seguintes valores:

Conta	Título	Valores em R$
2.3.1.0.00.00.00	**Patrimônio de Cobertura do Plano**	**294.072.203,09**
2.3.1.1.00.00.00	**Provisões Matemáticas**	**308.557.498,75**
2.3.1.1.01.00.00	**Benefícios Concedidos**	**252.685.567,04**
2.3.1.1.02.00.00	**Benefícios a Conceder**	**73.272.248,17**
2.3.1.1.03.00.00	**(-) Provisões Matemáticas a Constituir**	**(17.400.316,46)**
2.3.1.1.03.01.00	**(-) Serviço Passado**	**(17.104.744,10)**
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinadores	(17.104.744,10)
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	**(-) Déficit Equacionado**	**(295.572,36)**
2.3.1.1.03.02.00	(-) Patrocinadores	(120.203,89)
2.3.1.1.03.02.00	(-) Participantes	(120.875,42)
2.3.1.1.03.02.00	(-) Assistidos	(54.493,05)
2.3.1.2.00.00.00	**Equilíbrio Técnico**	**(14.485.295,66)**

VIII. DA RENTABILIDADE OBTIDA

Com base na evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano e nos fluxos mensais de receitas e despesas do Plano de Benefício Definido da FAECES, verifica-se que a rentabilidade nominal líquida obtida, no decorrer do exercício de 2017, foi de 10,89%, admitindo-se como forma de avaliação o método da Taxa Interna de Retorno. O resultado atingido corresponde à variação do INPC durante o ano de 2017, aplicado com um mês de defasagem, acrescida de juros reais equivalentes a 8,78% ao ano, índice superior à meta atuarial de 5,65% admitida no encerramento do exercício de 2016.

IX. DAS HIPÓTESES ATUARIAIS

Em relação às hipóteses atuariais, necessário se faz ressaltar que foram mantidas as hipóteses utilizadas no exercício anterior, conforme demonstrado a seguir:

Hipótese Biométrica e Demográfica	2017	2016
Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983	AT-1983
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57 Forte	IAPB-57 Forte
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Média	Light Média
Hipótese Sobre Rotatividade	0%	0%
Hipótese Sobre Gerações Futuras de Novos Entrados	Não considerada	Não considerada
Hipóteses S/ Composição Família de Pensionistas	Experiência na FAECES	Experiência na FAECES

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2017	2016
Taxa real de juros	5,65%	5,65%
Projeção de crescimento real de salário	1,50%	1,50%
Projeção de cresc. real do maior salário de benefício do INSS	0%	0%
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários, dos benefícios da entidade e dos benefícios do INSS	98%	98%

X. DOS REGIMES FINANCEIROS

A respeito dos regimes de financiamentos utilizados, certificamos que os benefícios de aposentadoria e pensão foram avaliados adotando-se o regime de capitalização e o pecúlio por morte pelo regime de repartição simples.

XI. DAS INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Quanto às informações cadastrais dos participantes e assistidos do Plano de Benefício Definido da FAECES, atestamos que, após aplicação de teste de fidedignidade e realização de correções necessárias, foram consideradas confiáveis e apropriadas para servirem de base à elaboração da avaliação atuarial do Plano.

XII. DAS ESTATÍSTICAS

XII.1 Participantes

Com base nas informações cadastrais dos participantes, verifica-se o seguinte:

Sexo	Quantidade	Idade Média	Salário Médio (em R$)	Tempo de Contribuição à Previdência Social Médio	Tempo de Serviço na Empresa Médio
Masculino	323	57	6.743,47	36	33
Feminino	85	54	7.673,97	33	29
Total	**408**				
Média		**56**	**6.791,70**	**35**	**32**

XII.2 Assistidos

Com base nas informações cadastrais dos assistidos, observa-se o seguinte:

Tipo de Benefício	Quantidade	Idade Média	Valor Médio do Benefício (em R$)
Aposentadoria por Tempo de Serviço	599	67	2.668,36
Aposentadoria por idade	23	78	1.048,87
Aposentadoria Especial	49	72	498,08
Aposentadoria por Invalidez	68	64	488,53
Pensão	195	71	768,62
Total	**934**		
Média		**69**	**1.825,84**

Vitória, 05 de fevereiro de 2018.

João Vicente Dias
Atuário MIBA nº 439

15. PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS II DA FAECES REFERENTE AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2017

I. DA SITUAÇÃO ATUARIAL

Com base nos resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios II da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, realizada na data base de 31/12/2017, concluímos que o Patrimônio de Cobertura do Plano, dimensionado em R$ 27.827.020,74, era suficiente para honrar os compromissos assumidos com seus participantes e assistidos, encontrando-se o supracitado Plano atuarialmente equilibrado naquela data.

II. DOS CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Os custos do Plano de Benefícios II da FAECES, avaliados com base nos dados cadastrais dos participantes, nas hipóteses atuariais e nos métodos de financiamento descritos no presente parecer, apresentaram os seguintes resultados:

Tipo de Benefício	Custo em % da folha total do salário de participação
Aposentadoria Normal e Antecipada (a)	12,49%
Aposentadoria por Invalidez (b)	0,30%
Pensão (c)	0,26%
Pecúlio (d)	0,08%
Taxa de Carregamento (e)	1,10%
Custo Normal (f) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e)	**14,23%**

III. DO PLANO DE CUSTEIO

Com base no resultado da avaliação atuarial realizada no encerramento do exercício de 2017, concluímos que as taxas de contribuição necessárias a custear o Plano de Benefícios II da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN – FAECES são as determinadas a seguir:

III.1 Contribuição de Participantes

A contribuição estimada de participantes do Plano de Benefícios II, com vigência a partir de março de 2018, corresponde a 7,23% do Salário de Participação, sendo 6,36% destinado à cobertura dos benefícios programáveis, 0,32% para custear os benefícios de risco e 0,55% para fazer frente às despesas administrativas.

III.2 Contribuição de Patrocinadores

A contribuição estimada de Patrocinadores, relativa ao Plano de Benefícios II, com vigência a partir de março de 2018, corresponde a 7,00% do Total da Folha de Salários de Participação, sendo 6,13%

destinado à cobertura dos benefícios programáveis, 0,32% para custear os benefícios de risco e 0,55% para fazer frente às despesas administrativas.

III.3 Contribuição de Assistidos destinada a custear as despesas administrativas

- 0,01% aplicado sobre o valor do Benefício.

IV. DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

Quanto ao Patrimônio de Cobertura do Plano no valor de R$ 27.827.020,74, é importante registrar que foi apurado de acordo com os registros contábeis referentes ao encerramento do exercício de 2017, conforme demonstrado a seguir:

Conta	Título	Valores em R$
1	Ativo	28.849.174,36
2.1	Exigível Operacional	(77.974,20)
2.2	Exigível Contingencial	0,00
2.3.2	Fundos	(944.179,42)
Patrimônio de Cobertura do Plano		**27.827.020,74**

V. DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios II da FAECES, dimensionadas com base nos dados cadastrais de participantes e assistidos, bem como nas hipóteses atuariais e nos métodos de financiamento descritos no presente parecer, registraram na data de 31/12/2017 os seguintes valores:

	Valores em R$
1. Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	**80.024,94**
2. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	**27.746.995,80**
2.1 Benefício Programado – parcela Patrocinador	12.690.672,85
2.2 Benefício Programado – parcela Participante	13.669.068,73
2.3 Benefício Não Programado – parcela Patrocinador	693.627,11
2.4 Benefício Não Programado – parcela Participante	693.627,11
TOTAL	**27.827.020,74**

VI. DA RENTABILIDADE OBTIDA

A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios II da FAECES, ao longo do exercício de 2017, foi de 11,03%, admitindo-se como parâmetros de avaliação os valores das cotas de dezembro de 2016 e 2017, respectivamente, 2,832827 e 3,145389. O resultado alcançado corresponde à variação do INPC durante o ano de 2017, aplicado com um mês de defasagem, acrescida

de juros reais equivalentes a 8,92% ao ano, percentual acima da meta atuarial de 5,65% ao ano, admitida no encerramento do exercício de 2016.

VII. DAS HIPÓTESES ATUARIAIS

Em relação às hipóteses atuariais, necessário se faz ressaltar que foram mantidas as hipóteses utilizadas no exercício anterior, conforme demonstrado a seguir:

Hipótese Biométrica e Demográfica	2017	2016
Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983	AT-1983
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57 Forte	IAPB-57 Forte
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Média	Light Média
Hipótese Sobre Rotatividade	0%	0%
Hipótese Sobre Gerações Futuras de Novos Entrados	Não considerada	Não considerada
Hipóteses S/ Composição Família de Pensionistas	Experiência na FAECES	Experiência na FAECES

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2017	2016
Taxa real de juros	5,65%	5,65%
Projeção de crescimento real de salário	1,50%	1,50%
Projeção de cresc. real do maior salário de benefício do INSS	0%	0%
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários, dos benefícios da entidade e dos benefícios do INSS	98%	98%

VIII. DOS REGIMES FINANCEIROS

A respeito dos regimes de financiamentos utilizados, certificamos que os benefícios de aposentadoria e pensão foram avaliados adotando-se o regime de capitalização e o pecúlio por morte pelo regime de repartição simples.

IX. DAS INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Quanto às informações cadastrais dos participantes e assistidos do Plano de Benefício II da FAECES, atestamos que, após aplicação de teste de fidedignidade e realização de correções necessárias, foram consideradas confiáveis e apropriadas para servirem de base à elaboração da avaliação atuarial do Plano.

X. DAS ESTATÍSTICAS

X.1 Participantes

Com base nas informações cadastrais dos participantes, verifica-se o seguinte:

Sexo	Quantidade	Idade Média	Salário Médio (em R$)	Tempo de Contribuição à Previdência Social Médio	Tempo de Serviço na Empresa Médio
Masculino	390	39	4.630,70	9	8
Feminino	238	37	5.098,95	8	7
Total	**628**				
Média		**38**	**4.808,16**	**9**	**8**

X.2 Assistidos

Com base nas informações cadastrais dos assistidos, verifica-se o seguinte:

Tipo de Benefício	Quantidade	Idade Média	Valor Médio do Benefício (em R$)
Aposentadoria por Invalidez	1	61	319,46
Pensão por Morte	1	34	177,65
Total	**2**		
Média		**48**	**248,56**

Vitória, 05 de fevereiro de 2018.

João Vicente Dias
Atuário MIBA nº 439

16. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Participantes e Patrocinadoras da
Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES
Vitória, ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8), em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho consolidado por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre demonstrações contábeis consolidadas

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, ES, 06 de março de 2018.

Wesley Cristian Marques
Contador CRC1ES009545/O-0
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-5

Wladimir Firme Zanotti
Contador CRC1ES007326/O-5
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-5

17. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES**, após análise das peças que compõem as Demonstrações Contábeis referentes ao EXERCÍCIO de 2017 instruídos pelos pareceres atuarial e de auditoria externa, além da aprovação pela Diretoria Executiva, verificou a exatidão das referidas peças, decidindo por unanimidade recomendar ao Conselho Deliberativo sua aprovação.

Vitória-ES, 14 de março de 2018.

Reginaldo José de Castro
Presidente

Elza de Abreu Costa
Membro

Helio de Sousa
Membro

Millena Plaster Benevides Freitas
Membro

18. PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da **Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES**, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, e tendo em vista as disposições da Resolução MPS/CNPC nº 8, de 16/12/2011, e suas alterações posteriores, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31/12/2017.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da FAECES, e considerando ainda o Parecer do Atuário Externo, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2017.

Vitória-ES, 15 de março de 2018.

Stênio Santos Sales
Presidente em exercício

Adivalti Antônio Nunes Loureiro
Membro

Romeu Souza Nascimento Junior
Membro

Bianca Lemos De Sousa Lima
Membro

EXPEDIENTE

Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN – FAECES

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed Palas Center - Bl. A
Salas 1304 a 1313 - Centro - Vitória - ES / CEP: 29010-930
Telefone: (27) 2122-3900
E-mail: faleconosco@faeces.com.br
Site: www.faeces.com.br

Registro da operadora dos Planos de Saúde, FAECES na ANS: **32.966-5**

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Carlos Cotta (Diretor-Presidente)
Ana Cristina Munhós de Souza (Diretora de Seguridade)
Andre Barbosa Barreto Duarte (Diretor Administrativo e Financeiro)

CONSELHO DELIBERATIVO

Efetivos:
Mateus Rodrigues Casotti (Presidente) | Romeu Souza Nascimento
Adivalti Antonio Nunes Loureiro | Bianca Lemos de Sousa Lima
Suplentes:
Stênio Santos Sales | Karla Ponzo Vaccari
Sebastião Fortes Coelho | Átila Travaglia Pasini

CONSELHO FISCAL

Efetivos:
Reginaldo José de Castro (Presidente) | Millena Plaster Benevides Freitas
Elza de Abreu Costa | Helio de Sousa
Suplentes:
Renato de Souza Zanon | Leandro Rezende de Abreu
Leonardo de Souza Mariano | Fabio Ferreira da Costa

Este Relatório foi editado sob responsabilidade da Diretoria e também está disponível em versão online, navegável e responsiva no endereço www.faeces.com.br/rai2017.

Produção:
Plus Interativa
Tel: (21) 3529-7816 / 2524-9790
www.plusinterativa.com

Jornalista Responsável:
Carlos Lisboa Jr. / Plus (MTB 33650/RJ)